



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh>

e-mail: cnrh@mdr.gov.br

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNRH



DATA: 29/06/2022

HORÁRIO: das 14h00 às 18h,

LOCAL: Videoconferência Plataforma Teams

[Link para 46ª Reunião Ordinária do CNRH](#)

PAUTA

1. Abertura
2. Aprovação das Atas (transcrição e síntese) da 45ª Reunião Ordinária, e das 48ª, 49ª e 50ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
3. Deliberar sobre proposta de Resolução CNRH que “Estabelece procedimentos para deliberação pelo CNRH sobre o recurso de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”.
4. Apresentação sobre as atividades do CNRH em 2021 e o planejado para 2022, em atendimento ao Regimento Interno.
5. Apresentação sobre os Contratos de Gestão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico com as Agências de Bacia (Entidades Delegatárias) e a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas de rios de Domínio da União.
6. Apresentação do panorama das contribuições recebidas ao [Projeto de Lei 4.546, de 17 de dezembro de 2021](#), e definição de encaminhamento da matéria.
7. Informe sobre necessidade de revisão do Regimento Interno do CNRH, para consideração do Conselho.
8. Assuntos Gerais e Encerramento.

PROJETO DE LEI

Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos.

§ 1º Esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pelas atividades destinadas à prestação dos serviços hídricos.

§ 2º Esta Lei não se aplica às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pelos serviços hídricos decorrentes de infraestrutura hídrica de uso exclusivo ou preponderante de outro serviço público regulado, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 38.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - infraestrutura hídrica - empreendimento de interesse coletivo para disponibilização, acumulação, armazenamento, contenção, infiltração, captação, tratamento, transporte, adução, elevação e rebaixamento, manejo, entrega ou retirada de água em benefício de seus usuários;

II - serviço hídrico - serviço resultante do conjunto de atividades realizadas por meio de infraestruturas hídricas, destinadas ao controle e ao gerenciamento de quantidade, qualidade, nível ou pressão, além da regularização, da condução e da distribuição espacial e temporal de água em benefício de seus usuários;

III - segurança hídrica - condição de disponibilidade de água, em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às necessidades humanas, à

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas, associada a um nível de risco relacionado a secas e cheias; e

IV - receitas extraordinárias - receitas alternativas, complementares, acessórias ou decorrentes de projetos associados, previstas em edital, obtidas pelo prestador do serviço hídrico em decorrência da realização de atividades econômicas nas áreas objeto da concessão que não sejam remuneradas por tarifas ou contraprestação pública.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica:

I - água como elemento essencial à vida e ao desenvolvimento social e econômico;

II - orientação pela estratégia nacional de desenvolvimento e respeito às peculiaridades locais e regionais;

III - visão sistêmica, consideradas as dimensões ambiental, social, cultural, econômica e tecnológica, a preservação ambiental e a saúde pública;

IV - promoção da informação, da comunicação e da cultura hídrica para influenciar costumes, valores, atitudes e hábitos dos cidadãos e da sociedade brasileira em relação à importância dos recursos hídricos;

V - gestão eficiente, eficaz, efetiva e com inovação e segurança;

VI - sustentabilidade ambiental, social, econômica e financeira; e

VII - transparência, participação social, governança e integridade.

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica:

I - promover a suficiência, a sustentabilidade, a segurança e a eficiência das infraestruturas hídricas no atendimento às demandas sociais, econômicas e ecossistêmicas; e

II - ampliar a resiliência dos sistemas hídricos às variações hidrológicas naturais para manutenção das atividades usuárias da água, sustentação do desenvolvimento econômico e social e proteção da vida, do ambiente e do patrimônio.

Art. 5º São diretrizes da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica:

I - a integração do gerenciamento das infraestruturas hídricas com o gerenciamento dos recursos hídricos;

II - a integração com as políticas nacionais de recursos hídricos, de desenvolvimento regional, de desenvolvimento urbano, de saneamento básico, de proteção e defesa civil, de irrigação, de habitação e de energia, dentre outras;

III - a prevenção de situações de emergência e desastres relacionados a secas e cheias;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



IV - a observância às peculiaridades dos locais, das regiões e dos biomas;

V - a adoção de soluções que estejam em harmonia com a natureza e que promovam o desenvolvimento sustentável nas fases de concepção, definição dos componentes, planejamento, execução, operação e encerramento, para a ampliação de benefícios ambientais, sociais e econômicos;

VI - o estímulo à introdução de inovações, tecnologias e padrões sustentáveis;

VII - a articulação intersetorial, interfederativa e entre Poder Público e setor privado;

VIII - a adoção de soluções de gestão, de mecanismos de avaliação da conformidade independente e acreditada, e de estratégias que viabilizem a realização de investimentos, incluída a participação do setor privado;

IX - a adoção de mecanismos para a promoção da sustentabilidade econômica e financeira e da efetividade na prestação dos serviços hídricos;

X - a atualização dos sistemas para adaptação e resiliência à variação e à alteração dos regimes hidrológicos e às variações de oferta e demanda hídrica;

XI - o incentivo à atualização contínua dos sistemas de informação; e

XII - o contínuo desenvolvimento de capacidades e aprimoramento dos agentes responsáveis na concepção, no planejamento, na execução e na gestão das infraestruturas hídricas e dos serviços hídricos.

Art. 6º A gestão das infraestruturas hídricas e dos seus serviços hídricos abrange, no mínimo:

I - os processos estratégicos de planejamento, monitoramento, regulação, fiscalização, avaliação e orientação da atuação pública; e

II - os processos tático-operacionais relacionados aos estudos, aos projetos, à construção, à operação, à manutenção, à modernização, à administração, à prestação de serviços, à segurança, ao controle, à comunicação, à desativação e ao encerramento de atividades de infraestruturas hídricas.

Art. 7º São instrumentos da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica:

I - o Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos;

II - o Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos;

III - o Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas; e

IV - o Programa Nacional de Eficiência Hídrica.

Art. 8º A Política Nacional de Infraestrutura Hídrica poderá ser implementada por meio de:

I - atividades de planejamento, monitoramento, avaliação, regulação e fiscalização;

II - prestação dos serviços hídricos;



III - concessão de financiamentos, incentivos fiscais, subvenções, contraprestações públicas, créditos, seguros e garantias, observada a legislação orçamentária;

IV - procedimentos de manifestação de interesse; e

V - concessões, parcerias público-privadas ou outras formas de parceria com o setor privado.

Seção I

Do Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos

Art. 9º O Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos tem como objetivo o planejamento de longo prazo das infraestruturas hídricas estratégicas e dos serviços hídricos, com a finalidade de orientar as alternativas de atendimento de demandas a partir de análises integradas.

§ 1º O Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos considerará, em sua elaboração, o cenário esperado para os próximos trinta anos.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, o Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos será atualizado periodicamente, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento Regional publicará, a cada quatro anos, a relação de estudos, planos, projetos e obras de infraestrutura hídrica indicados para desenvolvimento no período subsequente, com vistas a orientar a elaboração dos Planos Plurianuais, a programação de concessões e outros instrumentos de fomento e planejamento de atuação governamental.

§ 4º O Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos será elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com a participação dos Estados e do Distrito Federal, em conformidade com os planos e os programas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 10. O Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos conterá, no mínimo:

I - diagnósticos e projeções das demandas hídricas dos setores usuários;

II - inventário das infraestruturas hídricas estratégicas existentes;

III - alternativas para o atendimento das demandas hídricas; e

IV - orientações para a sua implementação.

Seção II

Do Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Art. 11. O Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos tem como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos:

a) às condições da prestação dos serviços hídricos; e

b) às infraestruturas hídricas existentes e planejadas; e

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para os processos estratégicos da gestão da infraestrutura e dos serviços hídricos.

§ 1º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Regional implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pelas atividades destinadas à prestação dos serviços hídricos disponibilizarão dados e informações ao Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º A regularidade na prestação de informações ao Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos é condição para acesso, pelos entes federativos, a recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União para investimento em infraestrutura hídrica.

§ 4º O cumprimento do disposto no § 3º será exigido no prazo de vinte e quatro meses, contado da data da implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos.

§ 5º As informações do Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos são públicas, gratuitas, acessíveis a todos e devem ser publicadas na internet, em formato de dados abertos, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 6º Nos atos que importarem e autorizarem a organização e a gestão do Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos, o Ministério do Desenvolvimento Regional observará:

I - as dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual; e

II - a responsabilidade na gestão fiscal prevista na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção III

Do Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas



Art. 12. O Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas tem como objetivos:

I - estimar as condições hidrológicas futuras e as demandas dos usuários;

II - estabelecer os parâmetros de operação da infraestrutura com vistas à otimização, à regularidade, à confiabilidade e à continuidade da prestação dos serviços hídricos, de acordo com indicadores de desempenho;

III - racionalizar e otimizar o uso da água, inclusive por meio da redução do uso e do controle de perdas;

IV - minimizar os custos operacionais; e

V - prever atividades e custos de operação, manutenção, recuperação e outros que impactem na composição das tarifas de serviços hídricos.

§ 1º O Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas poderá ser elaborado para cada infraestrutura hídrica ou para um conjunto de infraestruturas hídricas, desde que a sua operação seja integrada.

§ 2º O Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas será elaborado pelo prestador do serviço hídrico.

§ 3º O Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas será aprovado pela entidade reguladora, em conformidade com as diretrizes do titular do serviço hídrico.

§ 4º No caso de reservatório de uso múltiplo em que haja a prestação do serviço hídrico, a aprovação do Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas deverá ser precedida de consulta às entidades reguladoras de usos associados.

§ 5º As entidades reguladoras de serviços hídricos poderão estabelecer as hipóteses em que a elaboração do Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas poderá ser dispensada.

§ 6º O Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas considerará aspectos operacionais relacionados aos setores que tenham utilização acessória ou que sejam afetados pela infraestrutura hídrica.

§ 7º Quando se tratar de infraestruturas hídricas de aproveitamentos hidrelétricos prestadoras de serviço hídrico, as regras de operação observarão o disposto no § 3º do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Art. 13. As entidades reguladoras estabelecerão conteúdo mínimo, prazos e normas referentes ao Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas, em conformidade com as diretrizes do titular do serviço hídrico.

Seção IV

Do Programa Nacional de Eficiência Hídrica

Art. 14. O Programa Nacional de Eficiência Hídrica tem como objetivos contribuir com a racionalização e a otimização do uso da água e estabelecer

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



diretrizes para padrões de referência para serviços, atividades e setores usuários de água e níveis de consumo de água para máquinas, aparelhos e equipamentos, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 15. O Programa Nacional de Eficiência Hídrica contemplará a utilização de selos de conformidade, etiquetas com classificação de desempenho e outros mecanismos de classificação de produtos e serviços com o objetivo de conferir transparência aos consumidores e usuários.

Art. 16. Fica autorizada a associação de prestadores de serviços, fabricantes de máquinas, aparelhos e equipamentos e usuários de água em entidade autorregulatória, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, para estabelecer os padrões de referência para serviços, atividades e setores usuários de água e níveis de consumo de água para máquinas, aparelhos e equipamentos, e verificar o seu atendimento, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 17. Os padrões de referência estabelecidos pela entidade autorregulatória de que trata o art. 16:

I - observarão as normas editadas pelas entidades reguladoras, se houver; e

II - não vincularão pessoas físicas ou jurídicas que não aderirem à autorregulação.

Art. 18. Ato do Poder Executivo federal estabelecerá as normas gerais a serem adotadas nos casos não aderentes à autorregulação.

Art. 19. A autorregulação de que trata o art. 16 compreende as seguintes funções:

I - estabelecer padrões de referência para serviços, atividades e setores usuários de água e níveis de consumo de água para máquinas, aparelhos e equipamentos; e

II - verificar o atendimento aos padrões de referência e atribuir a classificação de desempenho aos serviços.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS HÍDRICOS PÚBLICOS

Seção I

Da titularidade, da gestão e da prestação dos serviços hídricos

Art. 20. Compete à União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, identificar e promover, direta ou indiretamente, a prestação dos serviços hídricos decorrentes de infraestruturas hídricas que:

I - sejam de propriedade da União;

II - sejam cedidas à União;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



III - abranjam o território de mais de um Estado; ou

IV - sejam transfronteiriças.

Art. 21. Compete aos Estados e ao Distrito Federal identificar e promover, direta ou indiretamente, a prestação dos serviços hídricos em seus territórios ou aqueles decorrentes de infraestruturas hídricas que sejam de sua propriedade ou que sejam a eles cedidas, ressalvadas as competências da União e dos Municípios.

Art. 22. Compete aos Municípios identificar e promover, direta ou indiretamente, a prestação dos serviços hídricos decorrentes de infraestruturas hídricas que sejam de sua propriedade ou que sejam a eles cedidas, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 23. Nas hipóteses de cessão de infraestruturas hídricas entre entes federativos, o cessionário assume a competência de identificar e promover, direta ou indiretamente, a prestação dos serviços hídricos decorrente da infraestrutura hídrica cedida e os deveres de titular.

Art. 24. A implantação e a operação de infraestruturas hídricas enquadradas nesta Lei ficam sujeitas à outorga de direito de uso dos recursos hídricos, nos termos do disposto na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, das legislações estaduais sobre recursos hídricos e de seus regulamentos.

Art. 25. A prestação dos serviços hídricos observará os seguintes princípios:

I - regularidade;

II - continuidade;

III - eficiência;

IV - segurança;

V - atualidade;

VI - generalidade;

VII - cortesia;

VIII - modicidade tarifária; e

IX - uso racional dos recursos hídricos.

Seção II

Dos deveres do titular dos serviços hídricos

Art. 26. Observado o disposto nos art. 20 a art. 23, são deveres do titular dos serviços hídricos:

I - prestar o serviço hídrico diretamente, permitida a delegação a entidades de sua administração indireta, inclusive a empresas públicas e sociedades de economia mista, ou delegar a sua exploração a particular por meio de concessão ou permissão;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

II - definir a entidade responsável pela regulação e pela fiscalização da prestação dos serviços hídricos, independentemente de sua modalidade;

III - delimitar as regiões de integração hídrica de que trata o art. 34;

IV - garantir aos usuários o acesso aos serviços hídricos em condições adequadas por meio da cobrança de tarifas, em conformidade com a política tarifária;

V - adotar medidas que proporcionem padrões de qualidade compatíveis com a necessidade e a exigência dos usuários e com as melhores práticas;

VI - criar oportunidades para ampliação de investimentos destinados à prestação dos serviços hídricos, especialmente com vistas ao desenvolvimento socioeconômico; e

VII - proporcionar condições e segurança jurídica para a atração de investimentos privados.

Seção III

Dos deveres da entidade reguladora dos serviços hídricos

Art. 27. São deveres da entidade reguladora dos serviços hídricos:

I - estabelecer os requisitos mínimos de desempenho operacional e as normas técnicas relativas aos padrões de prestação dos serviços aos usuários, em conformidade com as políticas e as diretrizes do titular do serviço hídrico;

II - observado o disposto nos contratos de concessão ou permissão, estabelecer as tarifas dos serviços, os reajustes e as revisões, e as tarifas dos períodos de contingência;

III - estabelecer o valor das multas administrativas a serem impostas aos concessionários e aos permissionários de serviços hídricos;

IV - elaborar estudos relacionados aos serviços hídricos;

V - fiscalizar a prestação dos serviços hídricos, o cumprimento da legislação, das normas e dos contratos e aplicar as sanções em razão de seu descumprimento;

VI - disponibilizar dados e informações relativos à prestação dos serviços:

a) ao titular do serviço hídrico; e

b) ao Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos;

VII - manter canal de comunicação com os usuários;

VIII - emitir diretrizes e orientações para elaboração, aprovação, acompanhamento e fiscalização do cumprimento do Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas;



IX - prevenir e mediar conflitos entre prestador do serviço hídrico e usuário;

X - encaminhar à entidade outorgante de uso dos recursos hídricos competente a relação de prestadores do serviço hídrico e de usuários detentores de outorgas que englobem benefícios decorrentes da prestação do serviço hídrico; e

XI - regular e fiscalizar a prestação dos serviços hídricos privados.

Seção IV

Dos direitos e das obrigações do prestador dos serviços hídricos

Art. 28. São direitos dos prestadores dos serviços hídricos:

I - receber a remuneração pelos serviços hídricos prestados, respeitada a equação econômico-financeira e a alocação de riscos de sua delegação; e

II - manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no caso de concessões ou permissões.

Art. 29. São obrigações do prestador do serviço hídrico:

I - prestar serviço hídrico adequado, em conformidade com as leis, as normas, os requisitos mínimos de desempenho operacional e os contratos;

II - zelar pela integridade da infraestrutura e pelas boas condições dos bens públicos por meio dos quais são prestados os serviços hídricos;

III - elaborar o Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas;

IV - disponibilizar dados e informações à entidade reguladora e ao titular do serviço hídrico;

V - a critério da entidade reguladora, disponibilizar dados e informações diretamente ao Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos; e

VI - manter canal de comunicação com os usuários.

Parágrafo único. Adicionalmente às obrigações de que trata o **caput**, nas hipóteses de concessão e permissão de serviços hídricos por meio de infraestrutura hídrica ou de blocos de infraestruturas hídricas de propriedade do Poder Público, a concessionária ou a permissionária que receber os bens e as instalações para a sua administração deverá responsabilizar-se:

I - pela manutenção e pela conservação dos ativos e dos serviços;

II - pela reposição dos bens e dos equipamentos, na forma estabelecida em contrato;

III - pela segurança das infraestruturas hídricas, de modo a assumir a função de empreendedor quanto à aplicação do disposto na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010;

IV - pelas licenças ambientais, pela outorga de direito de uso dos recursos hídricos e pelas demais licenças e autorizações administrativas; e

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



V - pelo cumprimento do disposto nesta Lei e nas normas editadas pela entidade reguladora.

Seção V

Dos direitos e das obrigações dos usuários

Art. 30. São direitos dos usuários:

I - ter acesso ao serviço hídrico adequado;

II - receber do prestador e da entidade reguladora dos serviços hídricos as informações adequadas:

a) sobre condições de prestação dos serviços;

b) sobre tarifas; e

c) para defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - ter conhecimento prévio das condições de suspensão do serviço e de alterações tarifárias, em conformidade com o prazo estabelecido pela entidade reguladora; e

IV - ter acesso a canais de comunicação com o prestador do serviço e com a entidade reguladora.

Art. 31. São obrigações dos usuários:

I - pagar o prestador dos serviços hídricos;

II - prestar as informações necessárias ao dimensionamento de seu uso dos serviços hídricos, a requerimento do prestador ou do titular do serviço e da sua entidade reguladora;

III - notificar as irregularidades identificadas na prestação dos serviços hídricos:

a) ao titular do serviço hídrico;

b) à entidade reguladora; e

c) ao prestador dos serviços hídricos; e

IV - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais são prestados os serviços hídricos.

Seção VI

Da política tarifária

Art. 32. Os serviços hídricos terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio do pagamento de tarifas por seus usuários e, quando instituídas, por outras formas adicionais, como subsídios, contraprestações públicas ou subvenções.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



§ 1º As tarifas serão estabelecidas pela entidade reguladora, observado o disposto nos contratos de concessão ou permissão.

§ 2º Nas hipóteses em que os usuários dos serviços hídricos sejam prestadores de outro serviço público regulado, o prestador do serviço hídrico poderá exigir como garantia pelo pagamento de tarifas de que trata o **caput** a cessão de direitos creditórios ou alternativa equivalente em níveis de risco.

§ 3º Os prestadores do serviço público regulado de que trata o § 2º ficam autorizados a realizar a cessão de direitos creditórios como garantia de pagamento pelos serviços hídricos.

Art. 33. Ao estabelecer os valores das tarifas pela prestação dos serviços hídricos, as entidades reguladoras considerarão:

I - as categorias de usuários, por faixas de demanda ou de consumo, e de sua condição socioeconômica;

II - os padrões de desempenho e de requisitos de uso;

III - a capacidade de pagamento dos usuários;

IV - o equilíbrio econômico-financeiro da delegação e do contrato, para as concessões e as permissões;

V - os critérios de reajuste dos valores das tarifas;

VI - as eventuais receitas extraordinárias;

VII - a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço adequado, em regime de eficiência;

VIII - a geração de recursos para a realização e a amortização de investimentos;

IX - os ciclos significativos periódicos e sazonais de aumento e de redução da demanda dos serviços, em períodos hidrológicos distintos;

X - o incentivo à eficiência dos usuários e dos prestadores do serviço; e

XI - os subsídios, as subvenções e as contraprestações públicas.

Parágrafo único. A política tarifária poderá contemplar subsídios tarifários e não tarifários entre usuários, grupos de usuários e setores econômicos, para fins de otimização socioeconômica, financeira e ambiental dos serviços hídricos.

Art. 34. O estabelecimento dos valores de que trata o art. 33 poderá ser feito de forma regionalizada, por meio da delimitação de regiões de integração hídrica, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da viabilidade técnica e econômico-financeira das infraestruturas hídricas e dos serviços hídricos prestados.

§ 1º As regionalizações de que trata o **caput** decorrerão de:

I - integração física entre sistemas de infraestruturas hídricas, inclusive por meio de sistemas hídricos naturais; e

II - criação de blocos regionais de infraestruturas hídricas pelo titular do serviço hídrico.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



§ 2º O titular do serviço hídrico editará ato de delimitação da região de integração hídrica e de designação da entidade reguladora.

§ 3º Na hipótese de a regionalização de que trata o **caput** englobar serviços hídricos de titularidade da União e de outro ente federativo, poderá ser firmado, entre os titulares do serviço hídrico, instrumento de ajuste de termos e condições, com força executória.

§ 4º O Ministério do Desenvolvimento Regional editará ato para estabelecer a delimitação da região de integração hídrica de que trata o § 3º e designar a entidade reguladora responsável pelas normas de referência aplicáveis à regulação da prestação dos serviços hídricos nessa região.

Art. 35. Os órgãos gestores de recursos hídricos responsáveis pela emissão de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos disponibilizarão ao prestador e à entidade reguladora dos serviços hídricos as informações dos usuários com outorga de direito de uso dos recursos hídricos nas áreas de abrangência do serviço.

Art. 36. Fica autorizada a cobrança conjunta de tarifas de serviços hídricos na fatura de outro serviço público regulado.

§ 1º Ato conjunto da entidade reguladora dos serviços hídricos e da entidade reguladora do serviço público de que trata o **caput** estabelecerá o valor de remuneração e as condições para a realização do serviço de emissão de faturas em cada caso.

§ 2º Os prestadores do serviço público regulado de que trata o **caput** serão remunerados pelo serviço de emissão de faturas.

§ 3º Os valores correspondentes às tarifas dos serviços hídricos serão depositados pelo agente financeiro arrecadador diretamente em conta indicada pelo prestador do serviço hídrico.

§ 4º Os prestadores do serviço público regulado de que trata o **caput** deverão inserir as tarifas de serviços hídricos nas faturas emitidas aos seus usuários em conformidade com a notificação da entidade reguladora dos serviços hídricos.

§ 5º Os prestadores de serviço público emissores das faturas deverão emitir as autorizações necessárias aos agentes financeiros para o cumprimento do disposto no § 3º.

Art. 37. Por conveniência e oportunidade para a administração pública, o prestador dos serviços hídricos poderá prestar serviço de emissão de faturas ao Poder Público, com direito ao ressarcimento de custos, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, para a realização da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de forma conjunta nas faturas de serviços hídricos.

Parágrafo único. Os valores correspondentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão depositados pelo agente financeiro arrecadador diretamente em conta indicada pelo Poder Público.

Seção VII

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Dos contratos de concessão e permissão de exploração dos serviços hídricos

Art. 38. A prestação dos serviços hídricos por entidade que não integre a estrutura administrativa, direta ou indireta, do titular do serviço hídrico, dependerá da celebração de contrato de concessão ou permissão.

§ 1º A celebração de contratos de concessão ou permissão de serviços hídricos decorrentes de infraestrutura hídrica ou de blocos de infraestruturas hídricas de propriedade do Poder Público será precedida pela obtenção, pelo Poder Público concedente, da outorga de direito de uso dos recursos hídricos prevista no inciso III do **caput** do art. 5º da Lei nº 9.433, de 1997.

§ 2º No caso de infraestrutura hídrica construída para prestação de outro serviço público regulado, a celebração de contrato de concessão ou permissão de serviços hídricos dependerá da anuência do titular do serviço público para o qual foi construída a infraestrutura.

§ 3º O prestador de serviços hídricos de que trata este artigo poderá exigir o pagamento de remuneração pelos usuários decorrente do benefício proporcionado pela infraestrutura hídrica mantida.

Art. 39. Os contratos de concessão e permissão de serviços hídricos serão celebrados nos termos do disposto no art. 175 da Constituição, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 40. As cláusulas dos contratos de concessão e permissão relativos à prestação dos serviços hídricos atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 1995, no art. 5º da Lei nº 11.079, de 2004, e às seguintes disposições:

I - metas de expansão dos serviços, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, de reúso de água e aproveitamento de águas pluviais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

II - fontes de receitas extraordinárias, com possibilidade de as receitas serem compartilhadas entre o contratante e o contratado;

III - metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato;

IV - repartição de riscos entre as partes, incluídos aqueles relativos a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

V - condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, dentre os quais:

- a) o sistema de cobrança e a composição de tarifas;
- b) a sistemática de reajustes e de revisões de tarifas; e
- c) as formas, as metodologias e os procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro; e

VI - hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Parágrafo único. Os contratos de que trata o **caput** não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços hídricos contratados.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS HÍDRICOS PRIVADOS

Art. 41. Os serviços hídricos privados são considerados atividades econômicas de interesse público submetidas à regulação.

§ 1º A prestação dos serviços hídricos privados decorre de infraestrutura hídrica de propriedade privada.

§ 2º A regulação de que trata o **caput** compete à mesma entidade reguladora dos serviços hídricos públicos naquele território, observado o disposto no inciso II do **caput** do art. 26.

§ 3º O prestador dos serviços hídricos privados assumirá o risco integral do empreendimento.

§ 4º O prestador dos serviços hídricos privados de que trata o **caput** não se confunde com concessionários ou permissionários de serviços hídricos.

Art. 42. O prestador dos serviços hídricos privados de que trata o art. 41 poderá exigir o pagamento de remuneração pelos usuários decorrente do benefício proporcionado pela infraestrutura hídrica de sua propriedade.

Art. 43. São obrigações do prestador dos serviços hídricos privados de que trata o art. 41:

I - prestar serviço hídrico adequado, em conformidade com as leis e as normas de regulação;

II - registrar-se junto à entidade reguladora;

III - disponibilizar dados e informações à entidade reguladora; e

IV - a critério da entidade reguladora, disponibilizar dados e informações diretamente ao Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos.

Parágrafo único. Adicionalmente às obrigações de que trata o **caput**, o prestador dos serviços hídricos privados deverá responsabilizar-se:

I - pela segurança e pela integridade estrutural e operacional das infraestruturas hídricas;

II - pelas licenças ambientais, pela outorga de direito de uso dos recursos hídricos e pelas demais licenças e autorizações administrativas; e

III - pelo cumprimento do disposto nesta Lei e nas normas editadas pela entidade reguladora.

Art. 44. A entidade reguladora de serviços hídricos competente deverá atuar de modo a evitar ou reprimir práticas prejudiciais à competição e abuso do



poder econômico por parte dos prestadores dos serviços hídricos privados de que trata o art. 41.

Parágrafo único. Constatada a prática de abuso de poder econômico, a entidade reguladora competente poderá, dentre outras medidas estabelecidas nas normas regulatórias, estabelecer o valor da remuneração pela prestação do serviço hídrico privado, observados os custos para a implantação, a manutenção e a operação da infraestrutura hídrica e o retorno razoável dos investimentos.

CAPÍTULO V DAS SANÇÕES

Art. 45. A infração ao disposto nesta Lei, nos seus regulamentos ou na legislação aplicável, a inobservância aos deveres decorrentes da celebração dos contratos de concessão ou permissão de serviço hídrico, as práticas prejudiciais à competição e o abuso do poder econômico por parte do prestador dos serviços hídricos privados de que trata o art. 41 sujeitarão os infratores às seguintes sanções pela entidade reguladora, sem prejuízo da aplicação de sanções de natureza civil e penal:

- I - advertência;
- II- multa simples ou diária;
- III- suspensão;
- IV- caducidade; e

V - declaração de inidoneidade, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. A multa simples ou diária será aplicada pela entidade reguladora com gradação proporcional à gravidade da infração, observado o limite, por infração, de dois por cento do faturamento do prestador dos serviços hídricos, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração ou estimado para o período de doze meses na hipótese de o infrator não estar em operação ou de estar em operação por período inferior a doze meses.

Art. 46. A aplicação das sanções de que trata o art. 45 considerará:

- I - a natureza e a gravidade da infração;
- II - os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários;
- III - a vantagem auferida pelo infrator;
- IV - as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- V - os antecedentes e o porte econômico do infrator; e
- VI - a reincidência específica da infração.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VI do **caput**, entende-se por reincidência específica a repetição de infração de igual natureza, na forma estabelecida em regulamento.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



§ 2º Será assegurada ao infrator a prévia e ampla defesa.

§ 3º Somente medidas cautelares urgentes poderão ser adotadas sem defesa prévia.

Art. 47. A multa poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. A Lei nº 9.433, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

5º
.....

VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; e

VII - a cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos.” (NR)

“Art.

13.
.....

§ 1º A outorga de que trata o **caput** deverá preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos.

§ 2º A entidade outorgante de uso de recursos hídricos encaminhará ao prestador de serviços hídricos a relação de usuários detentores de outorgas que englobem benefícios decorrentes da prestação do serviço hídrico.” (NR)

“Art.

15.....
.....
.....

VI - necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água; e

VII - inadimplência do outorgado junto ao prestador dos serviços hídricos, quando couber.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso VII do **caput**, a suspensão da outorga de uso de recursos hídricos se restringirá à parte equivalente ao benefício decorrente da prestação dos serviços hídricos.” (NR)



"Art.

18.
.....

Parágrafo único. O direito de uso de recursos hídricos de que trata o **caput** poderá ser cedido, parcial ou totalmente, de forma onerosa e temporária, entre usuários de recursos hídricos, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta Lei e em regulamentos específicos." (NR)

"Art.

20.
.....

§ 1º Na inexistência de Comitês de Bacias Hidrográficas e de Agência de Águas ou na ausência da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, o conselho de recursos hídricos competente estabelecerá os mecanismos e os valores transitórios para a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

§ 2º Os órgãos ou as entidades outorgantes, no âmbito de suas competências, apresentarão estudos técnicos para propor os mecanismos e os limites mínimos de valores transitórios da cobrança pelo uso de recursos hídricos a serem aprovados pelo conselho de recursos hídricos competente e aplicados na forma prevista no art. 22.

§ 3º Na inexistência de Comitês de Bacias Hidrográficas e de Agência de Águas, a cobrança pelo uso de recursos hídricos será implementada pelo órgão ou pela entidade outorgante, que elaborará o plano de aplicação dos recursos da cobrança a ser aprovado pelo conselho de recursos hídricos competente." (NR)

"SEÇÃO VII

DA CESSÃO ONEROSA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 27-A. A cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos objetiva adequar a alocação da água às variações de oferta e de demanda, e deverá respeitar as prioridades de uso, inalienabilidade das águas e usos múltiplos.

Parágrafo único. A cessão onerosa ocorrerá por meio de contrato firmado entre o detentor de outorga e a pessoa física ou jurídica interessada." (NR)

"Art. 27-B. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecerá, por meio de ato específico, diretrizes gerais e regras para a implementação do instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos em bacia hidrográfica, sub-bacia hidrográfica ou sistema de reservatórios e seu vale perenizado.



Parágrafo único. As diretrizes gerais e as regras para implementação do instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos estabelecerão, no mínimo, os prazos e as condições de vigência contratuais." (NR)

"Art. 27-C. Os órgãos e as entidades outorgantes de direito de uso de recursos hídricos disponibilizarão em seus sítios eletrônicos informações e mapas sobre bacias hidrográficas, sub-bacias hidrográficas ou sistemas de reservatórios, com a indicação da demanda e da disponibilidade hídrica, da distribuição espacial dos usuários outorgados, das vazões outorgadas, dos tipos de outorga, das vazões cedidas, dos cedentes e dos cessionários." (NR)

"Art. 27-D. A implantação da cessão onerosa de direitos de uso de recursos hídricos em bacia hidrográfica, sub-bacia hidrográfica ou sistema de reservatórios não dispensará os usuários do pagamento pelo uso de recursos hídricos de que trata o art. 20 ou de quaisquer tarifas ou taxas relacionadas a serviços hídricos." (NR)

"Art. 27-E. Cada instrumento particular de cessão onerosa dos direitos de uso de recursos hídricos será registrado previamente no órgão ou na entidade outorgante de recursos hídricos, observado o disposto em regulamentação específica.

§ 1º O usuário cedente é responsável pelo pagamento pelo uso de recursos hídricos de que trata o art. 20.

§ 2º Os usuários cedente e cessionário estão submetidos à fiscalização por parte da autoridade competente e sujeitos às penalidades previstas nesta Lei." (NR)

"Art. 27-F. Compete aos órgãos ou às entidades outorgantes de recursos hídricos, no âmbito de suas competências, regulamentar e fiscalizar a implementação do instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos.

§ 1º Quando se tratar de bacias hidrográficas, sub-bacias hidrográficas ou sistemas de reservatórios que incluam corpos hídricos de domínio da União, as competências que trata o **caput** cabem à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

§ 2º A regulamentação que trata o **caput** estabelecerá, no mínimo, os limites para o intercâmbio entre trechos distintos da bacia hidrográfica, da sub-bacia hidrográfica ou do sistema e dos reservatórios.

§ 3º As transações realizadas fora dos limites estabelecidos no § 2º estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 50." (NR)

"Art.

33.

.....

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



I-A - a ANA;

....." (NR)

"Art.

35.

.....

.....

XIII - apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazer, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, e encaminhá-lo ao Congresso Nacional;

XIV - analisar e referendar os Planos de Recursos Hídricos de Bacias de rios de domínio da União, observada a competência prevista no inciso I; e

XV - estabelecer critérios gerais para a implementação do instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos." (NR)

"Art.38.

.....

.....

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica e encaminhá-lo para análise e aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente.

....." (NR)

"Art. 44-A. Para fins de cumprimento do disposto nos art. 41 e art. 44, a União poderá prestar o serviço público de gerenciamento de recursos hídricos que lhe competir:

I - diretamente, por meio dos órgãos ou das entidades da administração pública federal; ou

II - por delegação de sua exploração a terceiros, por meio de:

a) concessão administrativa, nos termos do disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; ou

b) celebração de contrato de gestão, nos termos do disposto na Lei nº 10.881, de 9 de julho de 2004.

§ 1º Nos casos de concessão administrativa do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos de domínio da União, compete à ANA licitar e contratar o prestador do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos.



§ 2º As contratações de concessões administrativas do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos de Agências de Água poderão contemplar serviços e obras de engenharia previstos nos Planos de Recursos Hídricos de sua área de atuação.

§ 3º Nos atos que importarem e autorizarem a prestação de serviços de que trata o **caput**, a ANA observará:

I - as dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual; e

II - a responsabilidade na gestão fiscal prevista na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.” (NR)

“Art. 44-B. Nas hipóteses de prestação do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos por meio de concessão administrativa, as obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública federal poderão ser garantidas pela vinculação de receitas obtidas com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outras espécies de garantia, nos termos do disposto no art. 8º da Lei nº 11.079, de 2004.” (NR)

“Art. 44-C. Nas hipóteses de prestação do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos por meio de concessão administrativa, a concessionária poderá realizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, em favor da União, em sua área de atuação.

Parágrafo único. O disposto no § 1º do art. 22 não se aplica aos contratos de concessão administrativa do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos, hipótese em que a remuneração da concessionária deverá estar prevista no contrato de concessão administrativa, na forma prevista no art. 5º da Lei nº 11.079, de 2004.” (NR)

“Art.
49.
.....

.....
.....

VIII - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções; e

IX - infringir normas, regras e limites estabelecidos para a cessão onerosa de direitos de uso de recursos hídricos.” (NR)

Art. 49. O disposto no § 1º do art. 20 da Lei nº 9.433, de 1997, deverá ser implementado no prazo de dezoito meses, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 50. O disposto no § 2º do art. 20 da Lei nº 9.433, de 1997, deverá ser implementado no prazo de doze meses, contado da data de publicação desta Lei.



alterações: Art. 51. A Lei nº 9.984, de 2000, passa a vigorar com as seguintes

"Art.

4º

.....

.....

.....

VI - elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

VII - apoiar as iniciativas destinadas à criação de comitês de bacia hidrográfica, de comissões de usuários de água e de outros arranjos alternativos locais em articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e distritais, para a resolução e o acompanhamento de problemas hídricos específicos;

VIII - implementar, diretamente ou em articulação com os comitês de bacia hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nas hipóteses de omissão ou de inexistência desses comitês;

.....

XIX - regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação do serviço público de irrigação, se em regime de concessão, hipótese em que lhe caberá disciplinar a prestação desses serviços, em caráter normativo, e o estabelecimento de padrões de eficiência e de tarifas, quando cabíveis, e a gestão e a auditoria de todos os aspectos dos contratos de concessão, quando existentes;

.....

XXV - delegar a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos cuja cobrança em âmbito estadual ou distrital tenha sido implementada e realizar a descentralização das receitas na forma prevista no § 6º;

XXVI - regular e fiscalizar os serviços hídricos de titularidade da União; e

XXVII - celebrar, regular e fiscalizar os contratos de concessão administrativa do serviço público de gerenciamento de recursos hídricos de domínio da União.

.....

....." (NR)



“Art. 4º-C A ANA será a entidade reguladora dos serviços hídricos de titularidade da União.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Regional poderá delegar a outra entidade a regulação dos serviços hídricos de titularidade da União mediante justificativa fundamentada.” (NR)

1997.

Art. 52. Fica revogado o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.433, de

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-INSTITUI POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA (EM 32 MDR)



Brasília, 2 de Dezembro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa Proposta de Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos, e altera as Leis n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e n. 9.984, de 17 de julho de 2000, com o objetivo de promover alternativas para garantir que as ações de infraestrutura hídrica e de gerenciamento dos recursos hídricos sejam expandidas e aprimoradas.

O País vive um cenário de intensificação no registro de eventos hidrológicos extremos, com sérios impactos sobre os diversos usos: abastecimento humano e industrial, irrigação, produção de energia, serviços ecossistêmicos.

No período de 2012 a 2017, a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Região Semiárida registraram a pior seca de sua história. Os avanços na gestão de recursos hídricos e as infraestruturas hídricas, além das políticas sociais, foram as responsáveis pela não repetição de cenas marcantes e perdas de vidas humanas como as registradas no passado. No entanto, as perdas econômicas decorrentes desse evento foram elevadas e os municípios viram o valor de sua produção agrícola registrar variações negativas superiores a 90% em relação ao período do início da seca.

As questões de insegurança hídrica não são exclusividade do Nordeste e Semiárido. Atualmente, vivemos uma situação hidrológica crítica na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, impactando a geração de energia elétrica em escala nacional e levando ao registro de racionamento no abastecimento de água em diversas cidades do centro-sul do País. O Plano Nacional de Segurança Hídrica indicou que 60,9 milhões de pessoas (34% da população urbana em 2017) vivem em cidades com menor garantia de abastecimento de água, e que R\$ 228,4 bilhões de produção econômica nas atividades de indústria e agropecuária estão em risco quanto à garantia de oferta de água.

Esse panorama exige que o Poder Público encontre alternativas para garantir que as ações de infraestrutura hídrica e de gerenciamento dos recursos hídricos, necessárias à segurança hídrica, sejam expandidas e aprimoradas. Nesse sentido, a presente proposta visa estruturar a política pública para aprimorar os investimentos públicos e alavancar e direcionar os investimentos privados em infraestrutura hídrica, bem como reconhecer os serviços públicos prestados por elas para o estabelecimento de um modelo de sustentabilidade econômica e financeira, criando alternativas ao atual modelo no qual os recursos de investimento e custeio dependem dos orçamentos de esfera fiscal e de seguridade social. Além disso, introduz e fortalece os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, em favor da melhora da gestão das águas, no Brasil.

O Capítulo I trata da instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e da indicação do âmbito de aplicação da legislação sobre a exploração e a prestação de serviços hídricos resultantes do conjunto de atividades, realizadas por meio de infraestruturas hídricas de interesse coletivo.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Em seu Capítulo II, são definidos os princípios, os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e estabelecidos os seus instrumentos: o Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos, o Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos, o Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas, e o Programa Nacional de Eficiência Hídrica. Esses instrumentos contribuem para a aprimoramento da atuação do estado, para o fortalecimento do planejamento e da gestão voltada ao atendimento às demandas sociais, econômicas e ecossistêmicas e para a racionalização e a otimização do uso da água.

No Capítulo III, são abordados os termos da organização da exploração e da prestação do serviço hídrico público, incluídos os deveres do titular e das entidades reguladoras, os direitos e obrigações de prestador de serviço hídrico e de usuário, a política tarifária e os regimes de concessão e permissão de serviços hídricos. O Capítulo IV trata da prestação e da exploração dos serviços hídricos privados e o Capítulo V trata das sanções. Com esse conjunto de capítulos, acredita-se no estabelecimento de um modelo sustentável, com garantias a usuários e prestadores de serviço, que favorecerá a ampliação de investimentos, atrairá a participação privada e contribuirá para que a expansão de ativos de infraestrutura hídrica seja suficiente frente às demandas nacionais.

O Capítulo VI introduz melhorias à gestão dos recursos hídricos no Brasil, promovendo alterações na Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para criar o instrumento de cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos, para favorecer a aplicação do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e para fortalecer a articulação entre os planos de recursos hídricos e os planejamentos setoriais, regional, estadual e nacional. Este capítulo ainda possibilita a delegação dos serviços públicos de gerenciamento de recursos hídricos mediante concessão administrativa, criando mais uma alternativa para prestação deste serviço, não acarretando na criação de novas obrigações ou gastos à União, e sem alterar o fluxo orçamentário que poderia impactar no teto de gastos, pois trata-se de despesa obrigatória vinculada à transferência dos recursos arrecadados por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Também são promovidas alterações na Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, para ajuste em competências da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico decorrentes da presente proposta, incluindo a designação como entidade reguladora dos serviços hídricos de titularidade federal.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me leva a propor à Vossa Excelência o envio da Proposta de Projeto de Lei, em questão, ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Rogério Simonetti Marinho



REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer a desapensação do PL 4.546/2021, que “Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica”, de autoria do Poder Executivo.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 139, inciso I, e 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados o desapensamento do Projeto de Lei 4.546/2021, que “Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica” e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo, das demais proposições apensadas.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 4.546/2021 propõe o estabelecimento de uma nova “Política Nacional de Infraestrutura Hídrica” e dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos. Conforme descrito na Exposição de Motivos encaminhada pelo Poder Executivo, a nova política faz-se necessária, principalmente, devido à “intensificação no registro de eventos hidrológicos extremos”, o que levou, entre outros problemas, a quebras de safras em diversas regiões do país. Nesse cenário, a Mensagem indica que a nova política irá:

“...aprimorar os investimentos públicos e alavancar e direcionar os investimentos privados em infraestrutura hídrica, bem como reconhecer os serviços públicos prestados por elas para o estabelecimento de um modelo de sustentabilidade econômica e financeira”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229598432300>



Ocorre, no entanto, que o referido projeto de lei foi apensado a diversos outros projetos que destoam dos seus objetivos principais. O PL mais antigo desse conjunto, de número 1.616/99, busca criar um “Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. Em que pese esse projeto específico possua, à primeira vista, uma certa similitude de propósitos, o tema não é abordado considerando os atuais modelos híbridos de exploração, em que os capitais privados são parte fundamental para o desenvolvimento do setor. Por exemplo, o PL de 1999, desconhece todo o redesenho dado pelo novo Marco do Saneamento Básico aprovado nesta Casa e transformado na Lei nº 14.026, de 2020.

Por esses motivos, entendemos ser imprescindível que o PL 4.546/21 seja desapensado para que possamos constituir comissão especial específica para analisar o tema.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

2022-1302



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229598432300>



PL 4546/2021

Projeto de Lei

Situação: Apensado ao PL 1907/2015

Identificação da Proposição

Autor
Poder Executivo

Apresentação
17/12/2021

Ementa

Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Indexação

Criação, Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, organização, exploração, prestação de serviços, serviços hídricos, diretrizes. _ Aprimoramento, Infraestrutura hídrica. _ Titularidade, prestador de serviço, Agência reguladora, Política tarifária, regulação, serviços privados, serviços públicos, Regime de concessão, Permissão (administração pública), serviços hídricos. _ Direitos, obrigações, Prestador de serviço, usuário, serviços hídricos. _ Alteração, Lei de Gestão de Recursos Hídricos, diretrizes, Regime de cessão onerosa, Outorga de direito de uso de recursos hídricos, Política Nacional de Recursos Hídricos. _ Alteração, Lei da ANA, competência, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), regulação, fiscalização, serviços hídricos, titularidade, União.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação
Prioridade (Art. 151, II, RICD)

Despacho atual:

Data	Despacho
03/02/2022	Apense-se à(ao) PL-1907/2015. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (2)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (0)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (0)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	

Tramitação

Data ▼	Andamento
17/12/2021	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">Apresentação do Projeto de Lei n. 4546/2021, pelo Poder Executivo, que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000".
17/12/2021	Plenário (PLEN) <ul style="list-style-type: none">Apresentação da Mensagem n. 701/2021, pelo Poder Executivo, que: "Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000".
03/02/2022	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">Apense-se à(ao) PL-1907/2015. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
04/02/2022	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none">Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/02/2022 PAG 799

11/04/2022 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

- Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 534/2022, pelo Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), que "Requer a desapensação do PL 4.546/2021, que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica", de autoria do Poder Executivo".

18/05/2022 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

- Indeferido o Requerimento n. 534/2022, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 534/2022, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 4.546/2021 e n. 1.907/2015 tratam de matérias correlatas. Publique-se. Oficie-se."

Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados**PL 4546/2021 Histórico de Despachos**

Data	Despacho
03/02/2022	Apense-se à(ao) PL-1907/2015. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)

PL 4546/2021 Mensagens, Ofícios e Requerimentos**Plenário (PLEN)**

Número	Tipo	Data de apresentação	Autor	Ementa
MSC 701/2021	Mensagem	17/12/2021	Poder Executivo	Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000".
REQ 534/2022	Requerimento de Desapensação	11/04/2022	Evair Vieira de Melo	Requer a desapensação do PL 4.546/2021, que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica", de autoria do Poder Executivo.



PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Dos Srs. Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)

Altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, social e ambiental;

.....

VII – a gestão dos recursos hídricos deve respeitar, sempre que possível, o princípio da subsidiariedade;

VIII – a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar a cooperação pela água, objetivando viabilizar a celebração de pactos entre poder público, usuários e entidades civis;

IX – todos têm o dever de utilizar os recursos hídricos de forma adequada, protegendo-os contra a degradação e o desperdício. (NR)”

“Art. 3º

.....

VII – o incentivo ao reúso das águas, nos termos das normas específicas. (NR)”

“Art. 4º

Parágrafo único. As condições de entrega das águas, em termos de vazão mínima e concentração máxima de poluentes, definidas no Plano de Recursos Hídricos de uma sub-bacia hidrográfica de um afluente deverão estar compatibilizadas com as do Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio principal, nos termos do regulamento ou de resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (NR)”

“Art. 4º-A. Para a exploração de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários, as entidades ou órgãos competentes gestores de recursos hídricos e de recursos minerais devem buscar o compartilhamento de informações e a compatibilização de prazos e procedimentos, com vistas a facilitar o processo de integração, definindo de forma conjunta o conteúdo e os estudos técnicos necessários, consideradas as legislações específicas vigentes.”

“Art. 5º

.....

VII – a educação ambiental. (NR)”

“Art. 7º

.....

XI – previsão do monitoramento das águas subterrâneas em áreas com risco potencial de contaminação e da proposição das respectivas medidas de proteção dos aquíferos.

XII – indicadores para avaliar a gestão dos recursos hídricos. (NR)”

“Art. 12

.....

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, inclusive em pequenas centrais hidrelétricas;

.....

§ 3º Nos casos de lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos sem tratamento, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos será condicionada à assinatura de termo de compromisso em que o outorgado se disponha à implantação de projeto de tratamento de esgoto e demais resíduos líquidos ou gasosos, em condições e prazos estabelecidos no instrumento. (NR)”

“Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, devendo sua emissão estar integrada ou articulada ao processo de licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento utilizador de recursos naturais ou potencialmente impactante e seguir as diretrizes estabelecidas nas normas específicas. (NR)”

“Art. 20. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei, devendo resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer diretrizes para que os órgãos gestores de recursos hídricos responsáveis pela emissão das outorgas imponham condicionantes nesse processo. (NR)”

“Art. 21

.....

§ 1º O Poder Concedente reajustará anualmente os valores cobrados pelo uso dos recursos hídricos, a partir de sugestão dos Comitês de Bacia Hidrográfica baseada em proposição da respectiva Agência de Água, tendo em vista, além das condições previstas no *caput*, a recomposição das perdas anuais decorrentes da desvalorização da moeda e a homogeneização relativa com os valores cobrados nas demais bacias hidrográficas.

§ 2º Os Comitês de Bacia Hidrográfica poderão propor diferenciação dos valores a serem cobrados, em função de critérios e parâmetros que abranjam a qualidade e a quantidade de recursos hídricos, o uso e a localização temporal ou espacial, de acordo com as peculiaridades das respectivas unidades hidrográficas.

§ 3º Os Comitês de Bacia Hidrográfica poderão instituir mecanismos de incentivo e redução do valor a ser cobrado pelo uso dos recursos hídricos, em razão de investimentos voluntários para ações de melhoria da qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial, que resultem em sustentabilidade ambiental da bacia e que tenham sido aprovados pelo respectivo Comitê.

§ 4º Os valores cobrados em uma bacia hidrográfica, na ocorrência de eventos hidrológicos críticos e acidentes, poderão ser alterados por sugestão do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação pelo respectivo Conselho de Recursos Hídricos, considerando a necessidade de adoção de medidas e ações transitórias não previstas no Plano de Recursos Hídricos. (NR)”

“Art. 22

.....

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a 15% (quinze por cento) do total arrecadado.

.....

§ 4º Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos têm natureza jurídica condominial, não estando sujeitos a contingenciamento ou a tributação de qualquer espécie, nem se lhes aplicando as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito do Poder Público.

§ 5º Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos podem ser disponibilizados aos usuários pagadores em condições especiais de financiamento para investimentos em projetos de eficiência no uso da água, desde que assim deliberado pelo respectivo Comitê. (NR)”

“SEÇÃO VII

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 27-A. A educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, e embasar as ações não estruturais da gestão dos recursos hídricos.

Parágrafo único. Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deverá definir as diretrizes para as ações de educação ambiental integradas aos programas de uso e conservação dos recursos hídricos e endereçadas aos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, às instituições educativas, aos meios de comunicação de massa e à sociedade como um todo.”

“Art. 29.....

.....

V – promover avaliações quinquenais das decisões e da atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e das Agências de Água quanto à efetiva melhoria dos recursos hídricos na bacia, com a adoção das medidas cabíveis, em caso negativo. (NR)”

“Art. 30.....

.....

V – promover avaliações quinquenais das decisões e da atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e das Agências de Água quanto à efetiva melhoria dos recursos hídricos na bacia, com a adoção das medidas cabíveis, em caso negativo. (NR)”

“Art. 35

.....

XIV – definir as prioridades de aplicação das receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União mantidas à disposição da Agência Nacional de Águas, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

XV – apreciar os relatórios elaborados pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas;

XVI – estabelecer mecanismos de incentivo, inclusive financeiro, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos;

XVII – acompanhar o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) e propor medidas visando sua articulação com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). (NR)”

“Art. 38

.....

X – aprovar proposta referente a alterações nas vazões de transposição e nas vazões de reservatórios regularizadores. (NR)”

“Art. 39

.....

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos Comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros e a dos usuários a 30% do total.

..... (NR)”

“Art. 44

.....

XI -

.....

e) as condições de aprovação da alteração nas vazões de transposição e nas vazões de reservatórios regularizadores, incluindo medidas mitigadoras e compensatórias. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal previu, no art. 21, XIX, que competia à União instituir sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso. Em atenção ao comando constitucional, foi promulgada a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (“Lei das Águas”), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

Em linhas gerais, a Lei dá valor econômico à água, sinaliza seu uso múltiplo, elege a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão e estatui a descentralização e a democratização como pilares desse processo. Entre outros dispositivos, ela especifica os fundamentos, objetivos,

diretrizes e instrumentos da PNRH, discrimina os entes integrantes do Singreh e estabelece infrações e penalidades para o descumprimento de suas normas.

Dezessete anos após o advento da Lei das Águas, contudo, ainda se observam problemas na gestão dos recursos hídricos, bem como omissões na Lei que poderiam ser supridas, muito embora sua estrutura e conceitos estejam corretamente direcionados para o alcance de sua finalidade maior, a de que os recursos hídricos sejam disponibilizados no País em qualidade e quantidade para a proteção da biota e o desenvolvimento das atividades humanas.

Este é, portanto, o objetivo principal do projeto de lei ora apresentado, que propõe uma série de alterações pontuais na Lei das Águas, adiante justificadas. Como se trata de muitas modificações, preferiu-se itemizá-las na ordem dos artigos da Lei das Águas que elas se propõem a aperfeiçoar, para tornar mais fácil a compreensão das razões que as justificam.

- Art. 1º, II:

A água é considerada um bem de uso comum do povo, sendo um recurso natural limitado e essencial ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social e à vida, de maneira geral, dos ecossistemas em que se insere. Assim, para que esses dois últimos aspectos – que, juntamente com o anterior, formam o tripé da sustentabilidade – sejam considerados com a mesma relevância que a dimensão econômica, a expressão “social e ambiental” deve ser acrescida à parte final do inciso II do art. 1º da Lei das Águas.

Muito embora se reconheça que o objetivo principal da Lei 9.433/1997, ao instituir a PNRH e criar o Singreh, seja o de gerenciar o uso e a conservação da água como insumo do processo produtivo, ou como bem de valor econômico, seria importante deixar registrado, como um dos fundamentos dessa Política e Sistema, com a nova redação proposta, que a água, além de ser um recurso natural limitado dotado de valor econômico, possui também valor social e ambiental, compondo, portanto, a base do desenvolvimento sustentável.

- Art. 1º, VII a IX:

Os novos incisos objetivam acrescentar aos fundamentos da PNRH algumas questões conceituais que vêm sendo debatidas no âmbito

dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e dos Conselhos Estaduais e Nacional de Recursos Hídricos (CERHs/CNRH). Elas se prestam a embasar ainda mais os fundamentos e princípios que norteiam a Lei das Águas, nela introduzindo três novos temas.

O primeiro deles é o princípio da subsidiariedade, segundo o qual não se deve transferir a um ente maior o que pode ser feito pelo ente menor. A valorização do território local reforça a premissa ambiental de “pensar globalmente, mas agir localmente”. Assim, por exemplo, no caso em que existam Comitês de sub-bacias como partes integrantes de uma bacia maior, as decisões que podem ser tomadas ou os conflitos que podem ser mediados pelos primeiros não devem ser levados à apreciação de um Comitê com área de abrangência maior, a não ser em casos excepcionais, em que a visão de conjunto for essencial para uma melhor tomada de decisão.

Também se propõe a introdução de um novo fundamento, até para dar maior respaldo ao pretendido uso múltiplo das águas previsto no inciso IV do mesmo artigo, que estimule à cooperação entre os diversos integrantes do sistema de gerenciamento, possibilitando que se celebrem pactos em prol do melhor uso e conservação dos recursos hídricos, dentro ou fora dos “Parlamentos das Águas”.

Por fim, embora pareça óbvio, ainda mais nos tempos atuais de crise hídrica e degradação verificadas em diversas bacias brasileiras, nunca é demais deixar expressamente consignado como fundamento da Lei das Águas que é obrigação de todos a utilização dos recursos hídricos com cuidado e parcimônia, até para permitir que outros usos sejam viabilizados, seja em termos qualitativos, evitando-se ou minimizando-se a poluição, seja em termos quantitativos, utilizando-se apenas o necessário para o desenvolvimento de qualquer atividade, impedindo-se desperdícios.

- Art. 3º, VII:

A Lei das Águas considera esse recurso natural como limitado e dotado de valor econômico, preceituando que seu gerenciamento possibilite, tanto à presente quanto às futuras gerações, dele usufruir em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos. Há, pois, que promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável das águas,

entre os quais o seu reúso, como prática de racionalização e conservação dos recursos hídricos.

Tal prática deve levar em conta que, a não ser que haja grande disponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deve ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior, em face da escassez de recursos hídricos em certas regiões do território nacional e da elevação dos custos de tratamento de água decorrente da degradação dos mananciais. Além disso, é necessário convir que a prática de reúso das águas reduz a descarga de poluentes em corpos receptores, conservando os recursos hídricos para o abastecimento público e outros usos mais exigentes, reduzindo os custos associados à poluição e contribuindo para a proteção do meio ambiente e da saúde pública.

Desta forma, houve um grande lapso da Lei das Águas ao não prever o incentivo ao reúso das águas como uma das diretrizes gerais de ação para a implementação da PNRH, o que esta proposta agora visa corrigir. É necessário que, dado o caráter genérico da Lei das Águas, outras normas, legais e infralegais, venham a regular essa prática, como objetivam diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e como já o faz a Resolução CNRH 54/2005, que estabelece as modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água.

- Art. 4º, parágrafo único:

A Lei 9.433/1997 estatui, no *caput* do art. 4º, que a União se articulará com os Estados, tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum. Para que essa articulação se concretize, contudo, é necessário que haja uma compatibilização nas condições de entrega na transição dos cursos d'água, ou seja, dos afluentes para os rios principais, como frequentemente ocorre com aqueles de domínio estadual para os de domínio federal. Essa compatibilização, prevista como ação reguladora da ANA no art. 17 do Decreto 3.692/2000, que dispõe sobre a instalação e a estrutura da Agência, poderá ser feita nos termos do regulamento ou de resolução do CNRH.

Com a proposta, obriga-se à compatibilização dos Planos de Recursos Hídricos da sub-bacia hidrográfica e da bacia do rio principal – casos em que muitas vezes são verificados conflitos, geralmente entre CBHs de rios estaduais e de rios federais, respectivamente –, não se permitindo que

haja imposição de um sobre o outro, mas sim uma articulação entre eles em prol de um adequado gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, como prevê o *caput* do art. 4º da Lei das Águas. Trata-se, tão somente, de dar vez e voz aos princípios da federalização e da descentralização, insculpidos na CF e na própria Lei das Águas.

- Art. 4º-A:

A despeito de suas evidentes dessemelhanças em relação aos demais recursos minerais, por serem renováveis por natureza, desde que exploradas de maneira adequada, as águas minerais são reguladas pelo Código de Mineração, e não pela Lei 9.433/1997. Daí, e pelo fato de o órgão estadual de meio ambiente às vezes não exigir Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/Rima) no licenciamento ambiental da exploração da água mineral, são levados em conta, primordialmente, os interesses do empreendedor. Assim, não se dá a devida consideração aos anseios das comunidades no entorno do local de ocorrência dessas águas minerais, ignorando-se que elas podem dar maior valor a outras atividades, como o turismo, por exemplo.

Com o novo marco legal da mineração, ora em discussão no Congresso Nacional, essa situação pode se tornar ainda pior para as comunidades, pois o mais recente substitutivo ao projeto de lei na Câmara dos Deputados propõe que a exploração das águas minerais, incluindo as termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários, seja feita não pelo regime de concessão, mas por simples autorização de aproveitamento de recursos minerais, como acontece, por exemplo, com os minerais de uso imediato na construção civil.

Com isso, mesmo sendo elas águas mais “ricas”, integrantes do patrimônio cultural e social das comunidades, estas ficarão completamente alijadas das decisões quanto ao aproveitamento dessas águas. É necessário, pois, assegurar em lei federal que, a permanecer a atividade regulada pelo Código de Mineração, pelo menos se assegure a integração da gestão de recursos hídricos com a das águas minerais.

Assim, por exemplo, em cumprimento ao previsto na Resolução CNRH 76/2007, a entidade ou órgão gestor de recursos minerais deverá dar conhecimento do requerimento de autorização para pesquisa de água mineral e respectiva área à entidade ou órgão gestor de recursos

hídricos. Este, por sua vez, poderá se manifestar previamente sobre possíveis impedimentos à pesquisa, observando as diretrizes e princípios traçados pela Lei das Águas e pelas resoluções do CNRH, informando-o acerca das outorgas de direito de uso de recursos hídricos, demais atos autorizativos e os usos cadastrados existentes na área requerida para pesquisa e em seu entorno, bem como das áreas de restrição e controle que possam ter interferência com a área requerida.

Com esta proposta pretende-se, portanto, assegurar a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, conforme procedimentos a serem estabelecidos de forma conjunta entre as entidades ou órgãos competentes.

- Art. 5º, VII, e Seção VIII – Da Educação Ambiental, art. 27-A:

Ao prever seis instrumentos para a implantação e o desenvolvimento da PNRH, um dos quais – a compensação a municípios – acabou sendo vetado pela Presidência da República, a Lei das Águas se esqueceu da educação ambiental, um dos mais importantes mecanismos para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Nos últimos anos, desde o advento da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental tem sido uma importante aliada para a conscientização ambiental da população brasileira, promovendo um enfoque mais humanista, holístico, democrático e participativo nas questões afetas aos recursos naturais e disseminando a concepção do meio ambiente em sua totalidade, ou seja, considerada a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural como base para o desenvolvimento sustentável.

No caso específico dos recursos hídricos, contudo, esse importante instrumento não foi previsto na Lei das Águas. Todavia, por representar uma verdadeira revolução no gerenciamento de um recurso natural tão importante para tantos setores, e por se basear nos usos múltiplos e na gestão descentralizada e participativa, tendo por unidade territorial a bacia hidrográfica, é necessário que essa Lei seja amplamente difundida em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Assim, como assegurar que sejam seguidas as diretrizes fixadas no art. 3º da Lei das Águas, tais como a integração com a gestão ambiental e a articulação com o uso do solo, se parte dos setores público e de usuários, além da própria sociedade civil, ainda desconhecem os fundamentos, objetivos e instrumentos nela consignados? Talvez até em função disso, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que é um dos principais instrumentos da PNRH, ainda não venha sendo fator indutor ao uso racional da água, um dos objetivos da Lei.

O fato é que, mesmo após dezessete anos de sua vigência, a Lei das Águas e as oportunidades de exercício da cidadania pela participação da sociedade civil que ela proporciona ainda são pouco conhecidas de grande parte da população brasileira. É importante, pois, corrigir essa grave omissão da Lei, para que a PNRH e o Singreh, em especial a atuação dos CBHs, possam se tornar mais conhecidos, mediante o estímulo à ação cidadã e à participação popular na tomada de decisões e na mediação dos conflitos relativos aos recursos hídricos.

- Art. 7º, XI:

As normas relativas aos recursos hídricos geralmente estão focadas nas águas superficiais, que são aquelas mais facilmente acessíveis para os diversos usos que delas se fazem. Além disso, é nelas que se observam mais facilmente eventuais variações quantitativas e qualitativas, associadas, normalmente, à alternância das estações seca e chuvosa, mas também como resultado da atuação antrópica na bacia hidrográfica – o que vem ocorrendo com frequência cada vez maior e, infelizmente, com efeitos deletérios, em sua maioria.

Acrescente-se que o monitoramento dos recursos hídricos superficiais, em geral, já apresenta uma longa série histórica, em vista de décadas de uso das águas para os mais diferentes fins – como insumo para a indústria, aproveitamento hidrelétrico, abastecimento urbano, irrigação etc. Já o monitoramento dos recursos hídricos subterrâneos é relegado a segundo plano, seja por eles se encontrarem “escondidos” da população em geral, seja pelo fato de o acesso a eles ser mais complexo e oneroso.

Assim, o que costumeiramente ocorre, na prática, é que o ser humano vem deplecionando e contaminando aquíferos, muitas vezes sem se dar conta disso, colocando em risco reservas que poderiam ser muito

relevantes no futuro, algumas já de importância atual vital para certos municípios, como no caso daqueles situados no domínio do Aquífero Guarani.

Desta forma, o objetivo desta proposta é obrigar que os Planos de Recursos Hídricos prevejam o monitoramento das águas subterrâneas em áreas com risco potencial de contaminação (ex: próximo a redes e a estações de tratamento de esgoto, lixões e aterros sanitários, áreas industriais, postos de combustível, cemitérios, dutos, barragens de rejeito, áreas agrícolas que constituam mananciais de abastecimento urbano etc.) e a proposição das respectivas medidas de proteção dos aquíferos, conforme previsto, em termos gerais, nas Resoluções CNRH 15/2001 e 22/2002.

- Art. 7º, XII:

Esta proposta insere a previsão de indicadores de gestão das águas no conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos, para que haja uma contínua avaliação da mesma na bacia hidrográfica e, em especial, sua integração com a gestão territorial de uma forma mais ampla, prevista no art. 3º, V, da Lei das Águas, tomando-se por base que tudo o que se faz no interior dessa bacia acaba se refletindo, em última instância, nos cursos d'água que a drenam.

Historicamente, o uso de indicadores tem-se mostrado eficiente para a gestão de recursos hídricos, por permitir maior objetividade e sistematização das informações e por facilitar o monitoramento e a avaliação periódica, em um contexto em que as situações se processam em horizontes temporais de médio prazo, como é o caso dos Planos de Bacias Hidrográficas, uma vez que a comparação entre diferentes períodos é mais simples e efetiva.

Assim, pois, o Índice de Qualidade da Água (IQA) e a vazão dos cursos d'água constituem termômetros genéricos das atividades realizadas na bacia nos aspectos qualitativo e quantitativo, respectivamente. Todavia, o ideal é que a tais indicadores, típicos da gestão dos recursos hídricos, se agreguem outros, para que se tornem mais evidentes – e, portanto, passíveis de medidas mitigadoras dos efeitos negativos ou potencializadoras dos positivos – as relações entre a gestão territorial e os aspectos qualiquantitativos dos recursos hídricos.

Desta forma, além dos anteriormente citados, outros indicadores deverão ser propostos e aferidos periodicamente, no âmbito de

cada bacia hidrográfica, podendo ser citados, por exemplo, percentuais de densidade demográfica na bacia, demanda hídrica, estado de proteção da cobertura vegetal, áreas protegidas sob a forma de unidades de conservação, grau de impermeabilização do solo urbano, índice de atendimento com rede e tratamento de esgotos e coleta de resíduos, áreas com risco de deslizamento, práticas conservacionistas em áreas agropecuárias etc.

Com base na experiência paulista, poderá ser utilizado o sistema de análise de indicadores FPEIR (Força-Motriz → Pressão → Estado → Impacto → Resposta), de análise de problemas ambientais, por sua amplitude e uso pela *European Environment Agency (EEA)* na elaboração de relatórios de avaliação ambiental, incluindo os recursos hídricos. O método FPEIR considera a inter-relação de cinco categorias de indicadores: Forças-Motrizes (atividades antrópicas, como o crescimento populacional e econômico, a urbanização e a intensificação das atividades agropecuárias) produzem Pressões no meio ambiente (como a emissão de poluentes e a geração de resíduos), as quais afetam seu Estado (situação atual diagnosticada), o que, por sua vez, poderá acarretar Impactos na saúde humana e nos ecossistemas, levando a sociedade (Poder Público, população em geral, organizações etc.) a emitir Respostas, na forma de medidas que visam reduzir as pressões diretas ou os efeitos indiretos no Estado do ambiente, Respostas estas que podem ser direcionadas a qualquer das categorias anteriores.

Outra possibilidade é a proposta da ANA no Painel de Indicadores de Desempenho do Sistema, a partir dos Indicadores adotados no Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2009, agrupados em quatro dimensões – Disponibilidade, Usos, Vulnerabilidade e Gestão dos Recursos Hídricos –, assim subdivididos: Disponibilidade Hídrica: D1 - Disponibilidade alocável (Total-Soma dos Consumos/Total) e o D2 - Relação $Q_{mlt} \times \text{Total}$; Usos dos Recursos Hídricos: U1 - Relação entre somatória das vazões de retirada e vazão média e U2 - Relação entre carga remanescente e carga assimilável pelos corpos de água; Vulnerabilidade: V1 - Relação entre área de cobertura vegetal nativa e área total da bacia e V2 - Relação entre a quantidade de resíduos sólidos com destinação adequada e a quantidade de resíduos sólidos produzida; Gestão dos Recursos Hídricos: G1 - Suíte Institucional – pontuação segundo os seguintes aspectos: órgão gestor independente, constituição de CBHs, Plano elaborado e aprovado, cobrança e Agência de Água, e G2 - Suíte

Instrumental – Plano, outorga, cobrança, enquadramento e sistema de informação.

É de lembrar que as entidades delegatárias das funções de Agência de Água firmam com a ANA e com o respectivo CBH o contrato de gestão, pelo qual elas se obrigam a alcançar determinadas metas. Ao final de um período de trabalho, as entidades delegatárias precisam emitir um relatório de gestão, no qual prestam contas de suas atividades e apresentam os resultados do trabalho realizado, nos termos da Resolução ANA 451/2006. Assim, o estabelecimento e a medição periódica de indicadores viabiliza a aferição do cumprimento ou não das metas estabelecidas, razão principal desta proposta.

- Art. 12, IV:

A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (Cfurh) foi instituída pela CF no art. 20, § 1º, sendo regulamentada no ano seguinte por meio da Lei 7.990/1989. Sua finalidade é indenizar os estados, o Distrito Federal e os municípios pelo passivo gerado pela produção de energia elétrica, já no ato do fato gerador, que é a produção dessa modalidade de energia por meio da utilização dos recursos hídricos, além de também permitir a órgãos da Administração Direta da União a participação no resultado dessa exploração.

Contudo, a mencionada Lei isentou do pagamento as geradoras classificadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), estabelecendo que a distribuição dos valores a serem recolhidos é feita com base nas áreas inundadas e no efeito de conjunto de usinas encadeadas no que se refere à regularização de vazão. Todavia, mesmo que com potência instalada de até 30 MW, elas são, indiscutivelmente, usuárias das águas, razão pela qual não devem ser isentadas da exigência de outorga, devendo, por efeito, também, estar sujeitas à cobrança, nos termos da Lei 9.433/1997.

- Art. 12, § 3º:

O art. 12, inciso III, da Lei 9.433/1997, permite a outorga de direitos de uso de recursos hídricos para lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final. Ora, o lançamento de poluentes sem tratamento nos cursos d'água vai contra a legislação ambiental pátria (ex.:

art. 24 da Resolução Conama 357/2005: “Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água, após o devido tratamento, desde que obedecem as condições, padrões e exigências (...) das normas aplicáveis”).

Tampouco se pode esquecer que, nos termos do art. 3º, inciso III, alínea e, da Lei 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, entende-se por poluição, entre outras, “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos”, e que a poluição é crime ambiental, nos termos do art. 54 da Lei 9.605/1998.

Assim, esta proposta tem por objetivo estabelecer que, nos casos de lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos sem o devido tratamento, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos seja condicionada à assinatura de termo de compromisso. Por esse instrumento, o outorgado se disporá à implantação de projeto de tratamento de esgoto e demais resíduos líquidos ou gasosos, nas condições e prazos ali estabelecidos.

Desta forma, pretende-se que a outorga de lançamento de esgoto e outros poluentes, para fins de diluição, sem o devido tratamento se torne uma prática cada vez menos comum, o que, certamente, contribuirá para a melhoria gradativa da qualidade dos recursos hídricos no País.

- Art. 14, *caput*:

O instrumento da outorga, cujos principais objetivos são assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e proporcionar o efetivo exercício do direito de acesso a ela, está, na prática, intrinsecamente associado ao processo de licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento utilizador de recursos naturais ou potencialmente impactante, nos termos da legislação ambiental vigente.

Em verdade, assim como outros instrumentos, tais como a autorização de desmate e a anuência prévia de órgãos ou entidades responsáveis pela gestão do patrimônio natural ou cultural, por exemplo, a outorga de direito do uso dos recursos hídricos, seja para captação ou

derivação para usos diversos, seja para fins de lançamento para diluição de efluentes, é um dos pré-requisitos para a concessão da licença ambiental de atividade ou empreendimento impactante ou que utilize recursos naturais, entre os quais os hídricos. Daí o fato de a outorga não ser uma atribuição do CBH, mas da entidade ou órgão estadual ou federal gestor das águas ou, quando integrado ao órgão ou entidade de meio ambiente, do responsável pelo licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento.

A legislação dos estados sobre licenciamento ambiental geralmente prevê essa integração ou articulação, sendo prudente, portanto, que também a legislação federal faça essa previsão, até para que se evite a concessão de outorga de direito de uso dos recursos hídricos fora do processo de licenciamento ambiental da atividade ou empreendimento, ou dele totalmente desarticulado, razão principal desta proposta.

Aproveita-se também para incluir a previsão de que a emissão da outorga deva seguir as diretrizes estabelecidas nas normas específicas, como é o caso das Resoluções CNRH 16/2001 e 37/2004, que estatuem, respectivamente, os critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos estados, do Distrito Federal ou da União.

- Art. 20, *caput*:

O acréscimo proposto para o *caput* do art. 20 da Lei das Águas, *in fine*, objetiva estatuir que resolução do CNRH aponte quais medidas ou que tipo de contraprestação os órgãos outorgantes podem demandar dos usuários da água. Como não há diretrizes estabelecidas em nível nacional sobre esse tema, na prática, cada órgão outorgante procede de uma forma diferente. O objetivo da nova redação proposta, então, é de que o CNRH estabeleça, mediante resolução, diretrizes gerais das condicionantes a serem impostas aos usuários que demandarem a outorga de certa vazão de água para o desenvolvimento de suas atividades.

- Art. 21, §§ 1º a 4º:

Os acréscimos aqui propostos, em especial o previsto no § 1º, têm por objetivo principal atender aos pleitos das Agências de Água e dos respectivos CBHs em cuja bacia o instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos já foi implantado há alguns anos e cujo valor ainda não sofreu

reajuste, o que vem limitando o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos respectivos Planos de Recursos Hídricos, nos termos no art. 19, III, da Lei das Águas.

Essa norma prevê, no art. 44, XI, *b*, que compete às Agências de Água propor os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos ao respectivo CBH, e que a este cabe sugerir ao Poder Concedente os valores a serem cobrados, nos termos do art. 38, VI, *in fine*, do mesmo Diploma Legal. Todavia, a Lei das Águas não prevê o reajuste periódico dos valores cobrados, objetivo principal desta proposição.

Além disso, a norma pretende, igualmente, evitar que se configure uma discrepância muito grande entre os valores cobrados nas diversas bacias hidrográficas em que o instrumento já foi implantado, a não ser em razão das características atinentes à própria unidade territorial de gestão, conforme já previsto no *caput* do art. 21 e seus incisos.

Isso ocorre, por ser distinta a realidade das bacias hidrográficas brasileiras, seja de rios da União, seja dos estados, no que concerne não só às condições naturais ali existentes (topografia, vegetação, solo, clima, recursos hídricos etc.), mas também quanto à ocupação humana nela ocorrente (grau de preservação da vegetação nativa, tipos de uso do solo, existência de áreas urbanas, de barramentos dos cursos d'água, de captações e lançamentos de efluentes etc.).

A própria Lei das Águas reconhece, em parte, essas diferenças, ao estatuir no art. 21 que, na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, devem ser observados, dentre outros, nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação, e, nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do efluente.

Todavia, ainda no que diz respeito aos valores cobrados pelo uso dos recursos hídricos, a Lei não dá flexibilidade suficiente para que os CBHs os adaptem às peculiaridades desta, nem que promovam mecanismos de redução como incentivo aos usuários para investimentos em prol da sustentabilidade, nem ainda que possam alterá-los em decorrência de eventos hidrológicos críticos. Esses são, pois, os objetivos desta proposta, com vistas a uma melhor gestão das bacias hidrográficas.

- Art. 22, § 1º:

As experiências de implantação dos CBHs e das Agências de Água, ou daquelas delegatárias de suas funções, bem como do instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, deixam claro que o percentual originalmente previsto no art. 22, II e § 1º da Lei das Águas para o pagamento das despesas de implantação e custeio dos órgãos e entidades integrantes do Singreh, de 7,5% (sete e meio por cento) do total arrecadado, não vem sendo suficiente para cobrir essas despesas no âmbito das bacias hidrográficas. Essa é uma conclusão praticamente unânime entre os especialistas da área.

Na prática, apenas uma Agência de Água, ou aquela delegatária de suas funções, com um corpo técnico e administrativo competente e motivado é capaz de levar a efeito as inúmeras atribuições determinadas pelo Comitê para a melhoria das condições hídricas naquela bacia específica. Esta é, pois, a razão para que se proponha um aumento do percentual para as despesas de implantação e custeio, dos atuais 7,5% para 15%.

- Art. 22, §§ 4º e 5º:

Trata-se de proposta de acréscimo de dispositivo, no primeiro caso (§ 4º), para deixar claro na Lei das Águas, de uma vez por todas, que os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos não podem ser considerados tributos, por terem, na prática, natureza condominial, não pública e não governamental.

Eles devem ser administrados pelas Agências de Água ou pelas entidades delegatárias de suas funções e aplicados em ações para a melhoria das condições ambientais na respectiva bacia hidrográfica necessárias à garantia da quantidade e qualidade da água para seu uso permanente e a proteção da biota. Assim, sobre eles não poderão incidir quaisquer tributos, por não terem fins arrecadatórios, nem estarão sujeitos a contingenciamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (“Lei de Responsabilidade Fiscal”).

Além disso, o dispositivo prevê que, devido a essa natureza jurídica, a tais recursos tampouco se apliquem as normas gerais

sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito do Poder Público – estabelecidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (“Lei de Licitações”) e, mais recentemente, pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (“Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC”) –, desvinculando-os das amarras típicas dos recursos públicos e ensejando um alcance mais rápido das metas de melhoria de qualidade e quantidade das águas de determinada bacia hidrográfica.

Já no caso do § 5º, trata-se de proposta de acréscimo para prever a possibilidade de que os usuários pagadores possam ter acesso aos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, em condições especiais de financiamento, para investimentos em eficiência no uso da água, desde que assim deliberado pelo respectivo Comitê. Com isso, pretende-se dar maior agilidade na aplicação dos recursos, justamente por aqueles que “pagam a conta” pelo funcionamento Sistema.

- Arts. 29 e 30, ambos, inciso V:

Ao prever que a gestão dos recursos hídricos seja descentralizada por bacia hidrográfica, a partir da atuação dos CBHs e de suas respectivas secretarias executivas (as Agências de Água), a Lei das Águas optou por democratizar o gerenciamento desse importante recurso natural, chamando a sociedade civil e o setor produtivo para atuarem em conjunto com o Poder Público nessa temática.

Todavia, faltou prever no citado Diploma Legal, seguindo prática utilizada há décadas no setor privado – e, a partir dos últimos anos, também em alguns ramos do setor público –, que a atuação das entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos seja avaliada periodicamente, no intuito de comprovar se ela, de fato, vem promovendo melhorias na qualidade e quantidade dos recursos hídricos de determinada bacia, o que, ao final, é o objetivo precípua da Lei das Águas.

Tais avaliações periódicas são essenciais, não só para monitorar a atuação desses gestores ao longo dos anos, mas também para verificar até que ponto, de modo geral, os instrumentos previstos na Lei das Águas são suficientes para o alcance de seus objetivos, possibilitando a mudança de rumos, caso isso não venha ocorrendo.

A legislação infralegal poderá, posteriormente, regulamentar a previsão ora feita, mediante o estabelecimento de metas de desempenho, indicadores e outros critérios para balizar essas avaliações, para as quais se propõe, inicialmente, a frequência quinquenal.

- Art. 35, XIV a XVII:

No art. 35 da Lei das Águas estão especificadas as competências do CNRH. A citada norma legal omite-se, contudo, quanto a algumas situações que, no dia a dia da gestão dos recursos hídricos, deveriam estar sob seu controle ou, no mínimo, ser de seu conhecimento, em vista de representar esse Colegiado a instância máxima de deliberação sobre a implantação da PRNH e o funcionamento do Singreh.

Esses são os casos, respectivamente, da definição das prioridades de aplicação das receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União mantidas à disposição da ANA, bem como da apreciação dos relatórios elaborados pela Diretoria Colegiada dessa Agência. Não se pode esquecer que compõem o CNRH representantes dos órgãos federais, dos CERHs, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, ou seja, de todas as partes interessadas na boa gestão dos recursos hídricos.

Outra atribuição que poderia ser dada ao CNRH, em razão do caráter predominantemente negocial da PNRH, é a de estabelecer mecanismos de incentivo, inclusive financeiro, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos. Como se sabe, a Lei das Águas prescreve a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e participativa, tendo como unidade territorial a bacia hidrográfica e objetivando o uso múltiplo das águas. Ora, nada mais motivador para que os interessados promovam a disponibilização da água em qualidade e quantidade que a fixação de mecanismos de incentivo à sua conservação, com parâmetros e critérios a serem estabelecidos mediante resolução ou outra normal infralegal.

Por fim, quanto à segurança hídrica, trata-se de tema mais recente e premente, em vista das recentes crises de abastecimento de água em algumas bacias no País, merecendo, portanto, considerações mais detalhadas. É que, em face da crescente degradação e contaminação dos mananciais e das mudanças climáticas ora em curso, que aumentam a frequência e intensidade dos eventos críticos, é indispensável garantir a

segurança hídrica dos sistemas de abastecimento d'água para consumo humano e para as atividades produtivas, em termos tanto qualitativos quanto quantitativos.

Ano após ano, esse recurso natural vem-se tornando cada vez mais importante na vida moderna, a ponto de que qualquer contaminação, excesso, falta ou mesmo a simples escassez de água é capaz de promover impactos os mais variados possíveis. Daí a razão de ter sido lançado, em agosto/2014, por meio de parceria entre a ANA, o Ministério da Integração Nacional e o Banco Mundial, o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas).

O que aqui se propõe é que o PNSH tenha sua implantação e desenvolvimento acompanhados pelo CNRH, de modo a que os representantes do poder público, dos usuários e das comunidades dele integrantes possam avaliar, periodicamente, as medidas estruturantes e conjunturais para que os mananciais não atinjam níveis de contaminação ou de reservação considerados críticos e que outras situações de risco hídrico, tais como enchentes e secas, possam ser minimizadas e ter atenuados seus efeitos deletérios.

Para que isso ocorra, o ente regulador e as empresas concessionárias de água e energia hidroelétrica deverão, por exemplo, implantar medidas de racionamento (como prevê o inciso XII do art. 2º do Decreto 3.692/2000, que dispõe sobre a instalação e a estrutura da ANA) e adotar mecanismos tarifários de contingência (como prevê o art. 46 da Lei 11.445/2007 – “Lei de Saneamento Básico”), bem como outras medidas que, a curto prazo, reduzam a contaminação, o consumo em excesso e o desperdício de água, assim como os efeitos deletérios dos eventos hídricos críticos, e, a longo prazo, aumentem a oferta de água em qualidade e quantidade adequadas.

Por ensejarem efeitos políticos adversos, tais atitudes muitas vezes não são adotadas, ou o são tardiamente, por motivos variados, tais como o calendário eleitoral. Cita-se o exemplo da seca que se abateu sobre a Região Sudeste, de maneira geral e, em especial, sobre o Sistema Cantareira, no ano de 2014, que levou os reservatórios locais a níveis extremos, provocando conflitos entre as entidades gestoras e colocando em

risco o abastecimento da maior metrópole do País. Além da situação pluviométrica desfavorável, o quadro crítico então observado decorreu tanto da postergação da adoção de ações emergenciais cabíveis, tais como o racionamento e medidas de estímulo à redução do consumo, quanto da falta de investimentos significativos ao longo dos anos em obras estruturantes, tais como barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração.

Por fim, ao acompanhar de perto a implantação e o desenvolvimento do PNSH, o CNRH também poderá propor medidas visando sua articulação com o PNRH.

- Arts. 38, X, e 44, XI, e:

Os acréscimos aqui previstos objetivam deixar consignado na Lei das Águas, expressamente, que as eventuais propostas de alterações nas vazões de transposição e nas vazões de reservatórios regularizadores devem ser aprovadas pelo(s) respectivo(s) Comitê(s) de Bacia, a partir de parecer elaborado pela Agência de Água, no qual estejam fixadas as condições de aprovação dessas propostas de alterações e as respectivas medidas mitigadoras e compensatórias.

A Lei 9.984/2000, que dispõe sobre a criação da ANA, estabeleceu que cabe a ela “definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas” (art. 4º, XII), e que, nesses casos, “a definição das condições de operação de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS” (art. 4º, § 3º).

Todavia, alterações emergenciais de vazões de reservatórios regularizadores, e mesmo de vazões de transposição, não devem ser feitas unicamente tendo em vista a otimização do uso hidrelétrico. Elas devem levar em conta, igualmente, todos os demais usos dos recursos hídricos existentes na bacia – abastecimento humano, dessedentação de animais, uso industrial, diluição de efluentes, irrigação, transporte, piscicultura, aquicultura, turismo, esportes, lazer, preservação da biota etc. Ocorre que, na prática atual, quase nunca esses usuários podem opinar sobre essas alterações de vazão e, muito menos, são ressarcidos pelos prejuízos delas advindos.

Desta forma, esta proposta é de que a decisão quanto a essas alterações deva ser aprovada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, a partir de parecer elaborado pela respectiva Agência de Água, no qual estejam fixadas as condições de aprovação dessas propostas de alterações e as respectivas medidas mitigadoras e compensatórias, de forma a garantir, sempre que possível, o uso múltiplo das águas, resguardando-se os interesses dos eventuais afetados.

- Art. 39, § 1º:

A alteração proposta busca evitar o predomínio, nos CBHs, da representação dos usuários dos recursos hídricos, em especial os de maior porte, dos setores agrícola e industrial, cujo consumo responde por mais de 90% da água consumida no País.

Nos Comitês de rios federais, tal representação situa-se hoje em torno de 40% do total de membros, um percentual muito alto em comparação com o das demais representações, principalmente quando a eles se juntam os representantes dos municípios, com a mesma visão de usuários, pelo fato de o nível municipal não possuir domínio sobre os recursos hídricos, embora seja, regra geral, titular do serviço de saneamento.

Mesmo reconhecendo – como é patente – que o setor de usuários é o que, na prática, “paga a conta” dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, essa super-representação dos usuários, em especial os de maior porte, vai contra os interesses dos demais setores que, juntos, constituem e representam o total dos interessados na boa gestão desses recursos.

Tendo em vista que as decisões no âmbito do CBH buscam sempre um ponto de equilíbrio entre os diversos interesses envolvidos, uma das consequências da ponderação atual excessiva na representação do setor de usuários é, por exemplo, o estabelecimento de baixos valores pelo metro cúbico oriundo de derivações, captações e extrações de água, bem como pelo lançamento de esgotos e demais efluentes, redundando, ao final, em menor arrecadação de recursos para investimento em ações de recuperação e preservação da bacia.

Daí a razão desta proposta, que objetiva uma maior paridade entre as representações do setor público, dos usuários e das entidades civis de recursos hídricos com atuação em cada bacia hidrográfica.

Em vista da relevância de todas as alterações anteriormente propostas, contamos com o apoio dos nobres Pares para o seu aperfeiçoamento e rápida aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos

Deputado Lúcio Vale
Presidente

Deputado Félix Mendonça Júnior
Relator

Deputado Beto Rosado
Membro

Deputado Capitão Augusto
Membro

Deputado Carlos Melles
Membro

Deputada Cristiane Brasil
Membro

Deputado Evair de Melo
Membro

Deputado Jaime Martins
Membro

Deputado Luiz Lauro Filho
Membro

Deputado Osmar Terra
Membro

Deputado Paulo Teixeira
Membro

Deputado Pedro Uczai
Membro

Deputado Remídio Monai
Membro

Deputado Rômulo Gouveia
Membro

Deputado Ronaldo Benedet
Membro

Deputado Ronaldo Nogueira
Membro

Deputado Rubens Otoni
Membro

Deputado Valmir Prascidelli
Membro

Deputado Vitor Lippi
Membro



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Parecer nº 5/2022/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.011699/2022-08

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Assunto: Proposta de Moção CNRH que "Requer o desapensamento do [Projeto de Lei nº. 4.546/2021](#), que "Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica".

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta da minuta de moção, cuja elaboração foi deliberada na 46ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizada no dia 29 de junho de 2022, em que fora apresentada o panorama das contribuições recebidas ao PL 4546/2021, com definição e encaminhamento da matéria.
2. Visando promover importantes avanços no planejamento, gestão e regulação das Infraestruturas Hídricas no país, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 4.546/2021, que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos no país. A compatibilização dessa nova política pública à Política Nacional de Recursos Hídricos e outras correlatas requer alterações e ajustes nos textos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.
3. Após o encaminhamento ao Congresso Nacional, o PL foi apensado ao [PL 1907/2015](#) que está, por sua vez, apensado ao [PL 1616/1999](#), com a justificativa de que se tratavam de matérias correlatas.
4. Contudo, há a necessidade de desapensamento do PL 4546/21 dos demais apensos, tendo em vista a relevância do tema que merece ser tratado pelo Congresso e por este CNRH, de forma específica para a realização de debate aprofundado acerca dos dispositivos constantes no corpo normativo do projeto de lei, a fim de construir e consolidar com maior eficiência os modelos de exploração e organização e da prestação de serviços hídricos em âmbito nacional, foco principal da proposta de lei.

PROPOSTA DE MOÇÃO

5. Em 17 de dezembro de 2021, o Ministério do Desenvolvimento Regional encaminhou ao Congresso Nacional o [Projeto de Lei 4.546, de 17 de dezembro de 2021](#), que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos no

país. A compatibilização dessa nova política pública à Política Nacional de Recursos Hídricos e outras correlatas requer alterações e ajustes nos textos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

6. No âmbito do CNRH, o documento inicial que deu origem ao PL 4.546/2021 foi apresentado durante a sua [50ª Reunião Extraordinária](#), em 30 de Novembro de 2021. As discussões no âmbito do colegiado tiveram início com a organização do Seminário do Conselho Nacional sobre o Projeto de Lei nº 4546/2021.

7. Os debates e contribuições realizados suscitaram a elaboração de um formulário específico para o recebimento das contribuições dos membros do Conselho e seus representantes nas Câmaras Técnicas, bem como do público em geral e demais participantes do Seminário.

8. O [Relatório Consolidado das Manifestações Recebidas](#) foi apresentado durante a 46ª Reunião Ordinária do CNRH, em 29 de junho de 2022, e está acessível [na página do CNRH](#) nos documentos dessa reunião. Na ocasião, o Plenário deliberou por elaborar moção direcionada à Câmara dos Deputados solicitando o desapensamento do PL 4.546/2021 do [PL 1907/2015](#) e outros correlatos. Conforme debate ocorrido, avaliou-se ser essencial a tramitação única e exclusiva para que seja aplicada maior atenção do legislador a essa matéria tão sensível e importante para os interesses nacionais.

9. Sobre este assunto, cabe informar que ante à pertinência temática e à amplitude da matéria, o deputado federal Evair Vieira de Melo, no uso de suas atribuições regimentais requereu, no dia 11/04/2022, junto à mesa diretiva da casa para que fosse realizada a desapensação do PL 4546/2021 ([link da tramitação](#)) dos mais de trinta projetos de leis ainda em trâmite naquela casa legislativa.

10. Em despacho, a mesa diretiva indeferiu o pleito do parlamentar sob o fundamento de que ambos os projetos de lei possuíam matérias correlatas.

11. O foco principal do PL nº 4546/2021, conforme conta no Parecer de Mérito (3478321) é instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, com objetivo de garantir que as ações de infraestrutura hídrica e de gerenciamento dos recursos hídricos, necessárias à segurança hídrica, sejam expandidas e aprimoradas. Nesse sentido, o PL visa estruturar a política pública para aprimorar os investimentos públicos e alavancar e direcionar os investimentos privados em infraestrutura hídrica, bem como reconhecer os serviços públicos prestados por elas para o estabelecimento de um modelo de sustentabilidade econômica e financeira, criando alternativas ao atual modelo no qual os recursos de investimento e custeio dependem dos orçamentos de esfera fiscal e de seguridade social. Além disso, introduz e fortalece os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, em favor da melhora da gestão das águas, no Brasil.

12. De outro lado, o PL nº 1907/2015, que está apensado ao PL 1616/1999, por sua vez, trata da modificação de alguns dispositivos da Lei nº 9.433/97, de maneira pontual e determinada, são eles: *incisos II, VII, VIII, IX, do art. 1º; inciso VII, do art. 3º; parágrafo único do art. 4º; institui a inserção do art. 4º-A; inciso VII, do art. 5º; incisos XI e XII do art. 7º; inciso IV e § 3º do art. 12; art. 14 e 20 (caput); §§ 1º ao 4º, do art. 21; §§ 1º, 4º e 5º do art. 22; institui a inserção do art. 27-A, bem como seu respectivo parágrafo único; inciso V, do art. 29; inciso V, do art. 30; incisos XIV a XVII, do art. 35; inciso X, do art. 38; §1º do art. 39; e, portanto, o inciso XI, alínea “e”, do art. 44; ou seja, trata tão somente de alterações pontuais sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, o que põe o fundamento de correlação em descrédito, pois, infere-se que a única correlação temática*

atrelada aos projetos é a alteração da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

13. Como explicitado, as alterações dos dispositivos da Lei 9.433/1997 buscam o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Destacando a criação do novo instrumento de gestão, a cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos; a promoção da aplicação do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e o fortalecimento da articulação entre os planos de recursos hídricos e os planejamentos setoriais, regional, estadual e nacional. Ademais, o PL abre a possibilitando de delegação dos serviços públicos de gerenciamento de recursos hídricos mediante concessão administrativa, criando mais uma alternativa para prestação deste serviço, não acarretando na criação de novas obrigações ou gastos à União, e sem alterar o fluxo orçamentário que poderia impactar no teto de gastos, pois trata-se de despesa obrigatória vinculada à transferência dos recursos arrecadados por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

14. Não somente isso, o PL 4546/2021 visa também a modificação da Lei nº 9.984/2000 que adapta algumas competências da Agência Nacional das Águas (ANA) em razão de disposições trazidas no PL, como por exemplo a responsabilidade de ser a entidade reguladora dos serviços hídricos de titularidade da União.

15. Com efeito, com base nas deliberações constatadas na 46ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH), o pedido do desapensamento se dá pela necessidade do encaminhamento do Projeto de Lei nº 4546/21 para este Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para que seja possível a designação às câmaras técnicas competentes para a realização de debates aprofundados e minuciosos acerca das propostas apresentadas. Com destaque para àquelas relacionadas à Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, cujo objetivo é construir e consolidar com maior eficiência os modelos de exploração e organização e da prestação de serviços hídricos em âmbito nacional.

16. Diante do exposto, elaborou-se a proposta de moção, anexa a este parecer, requerendo à Câmara dos Deputados o desapensamento do PL 4546/2021 dos demais projetos de leis.

CONCLUSÃO

17. Diante da solicitação do Plenário do CNRH, durante a 46ª Reunião Ordinária, foi elaborada a proposta de moção requerendo a desapensamento do PL 4546/2021 dos mais de trinta projetos de leis com matérias correlatas, tendo em vista a particularidade da instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, e a necessidade da realização debates construtivos junto às Câmaras Técnicas vinculadas a este Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

18. Encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no art. 9º, I, “a”, do Decreto nº 10.000/19, “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*”.

ANEXO

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº ___, DE ___ DE ___ DE 2022.

Requer o desapensamento do
PL nº. 4.546/2021, que “Institui

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), com as alterações conferidas pelas Leis nº [9.984, de 17 de julho de 2000](#), e nº [12.334, de 20 setembro de 2010](#), regulamentado pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), e nos termos do seu Regimento Interno constante da [Resolução nº 215, de 30 de junho de 2020](#); e

Considerando que o [Projeto de Lei nº 4.546, de 17 de dezembro de 2021](#), de propositura do Governo Federal, visa instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispor sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos, e altera a [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#) e a Lei nº [9.984, de 17 de julho de 2000](#);

Considerando que o [Projeto de Lei nº 4.546, de 2021](#), denominado de novo Marco Hídrico, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, tem como foco a instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, para garantir a sustentabilidade da operação e manutenção de barragens e sistemas adutores, essenciais para a promoção da segurança hídrica no Brasil;

Considerando que o PL 4546/2021 foi apensado a outros projetos de lei, que destoam dos seus objetivos principais, podendo trazer complexidade à análise e prejudicar a tramitação da matéria, fundamental para os interesses nacionais.

Considerando que compete ao Conselho analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos do inciso V, do art. 35, da Lei n. 9.433, de 1997;

Considerando a decisão do Plenário do CNRH durante a 46ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/06/2022, de solicitar à Câmara dos Deputados o desapensamento, a fim de que o Colegiado se manifeste de forma apropriada e célere somente nos dispositivos constantes do PL 4546/2021;

RESOLVE:

Requerer ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Arthur César Pereira de Lira, o desapensamento do PL nº 4546/2021, tendo em vista a relevância do tema que merece ser tratado pelo Congresso e por este CNRH, de forma específica.

À Consideração Superior

EDUARDO GOMIDES ARLINDO SOARES

Estagiário de Pós-graduação
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

ROSELI DOS SANTOS SOUZA

Coordenadora de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Ao Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas com recomendação de aprovação e inclusão na próxima reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais.

ANDERSON FELIPE MEDEIROS BEZERRA
Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 16/08/2022, às 15:05, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 16/08/2022, às 15:17, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3833279** e o código CRC **8D59BB4E**.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Parecer de mérito nº 1/2021/CGGI SNSH/SNSH

Referência: 59000.021338/2021-81

Interessado: Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH

Assunto: **Proposta de Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos, introduzi melhorias à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências.**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da apresentação de proposta de Projeto de Lei (Anteprojeto de Lei CGGI SNSH 3417258), no cumprimento das competências do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH, quanto à formulação, à revisão, à implementação, ao monitoramento e à avaliação da Política Nacional de Segurança Hídrica, da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos, bem como de propor instrumentos para concessão de empreendimentos de infraestrutura hídrica e parcerias para sua implementação.

1.2. O País vive um cenário de aumento da variabilidade climática e de intensificação no registro de eventos hidrológicos extremos. O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas indica que haverá redução na vazão de bacias hidrográficas no Norte e no Nordeste, com sérios impactos sobre os diversos usos: abastecimento humano e industrial, irrigação, produção de energia, serviços ecossistêmicos. O sistema de gerenciamento da água atualmente ainda não está preparado para enfrentar essas mudanças. Por isso, é fundamental aperfeiçoar o sistema de gerenciamento integrado dos recursos hídricos, tanto do lado da oferta como dos usos e da garantia de qualidade da água. Isso exige mais flexibilidade para aplicação dos instrumentos de gerenciamento em épocas de estresse hídrico.

1.3. No período de 2012 a 2017, a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Região Semiárida registraram a pior seca de sua história. Os avanços na gestão de recursos hídricos e as infraestruturas hídricas, além das políticas sociais, foram as responsáveis pela não repetição de cenários e perdas de vidas humanas como as registradas no passado. No entanto, as perdas econômicas decorrentes desse evento foram elevadas e os municípios viram o valor de sua produção agrícola registrar variações negativas superiores a 90% em relação ao período do início da seca.

1.4. As questões de insegurança hídrica não são exclusividade do Nordeste e Semiárido. Atualmente, vivemos uma situação hidrológica crítica na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, impactando a geração de energia elétrica em escala nacional e levando ao registro de racionamento no abastecimento de água em

diversas cidades do centro-sul do País. O Plano Nacional de Segurança Hídrica indicou que 60,9 milhões de pessoas (34% da população urbana em 2017) vivem em cidades com menor garantia de abastecimento de água (risco de racionamento), e que R\$ 228,4 bilhões de produção econômica nas atividades de indústria e agropecuária estão em risco quanto à garantia de oferta de água. O Atlas de Desastres Naturais no Brasil aponta os eventos de estiagem e seca, de enxurradas, inundações e movimento de massa, todos relacionados a eventos hidrológicos, como os mais frequentes e os que mais afetam os brasileiros.

1.5. O panorama atual exige que o Poder Público encontre alternativas para garantir que as ações de infraestrutura hídrica e de gerenciamento dos recursos hídricos, necessárias à segurança hídrica, sejam expandidas e aprimoradas. Nesse sentido, a presente proposta visa estruturar a política pública para aprimorar os investimentos públicos e alavancar e direcionar os investimentos privados em infraestrutura hídrica, bem como reconhecer os serviços públicos prestados por elas para o estabelecimento de um modelo de sustentabilidade econômica e financeira, criando alternativas ao atual modelo no qual os recursos de investimento e custeio dependem dos orçamentos de esfera fiscal e de seguridade social. Além disso, introduz e fortalece os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, em favor da melhora da gestão das águas, no Brasil.

1.6. Este parecer de mérito contextualiza o cenário atual e a teoria da mudança, explica o problema social e justifica as medidas apresentadas, em atenção ao disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, com vistas à subsidiar o encaminhamento do Anteprojeto de Lei CGGI SNSH (3417258) à Presidência da República, com o **objetivo de instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispor sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e introduzir melhorias à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.**

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

2.2. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

2.3. Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

2.4. Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e

dá outras providências.

2.5. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

2.6. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, entre outros.

2.7. Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.

2.8. Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

2.9. Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Regional e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. A partir da publicação da [LEI Nº 13.844, DE 18 DE JUNHO DE 2019](#) que, entre outros, estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR passou a ter dentre suas áreas de competência as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos e de Segurança Hídrica:

"Art. 29. Constitui área de competência do Ministério do Desenvolvimento Regional:

.....
IV - política nacional de recursos hídricos;
V - política nacional de segurança hídrica;
....."

3.2. Essas competências são oriundas não só da junção entre as competências das antigas Secretarias de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional, e de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, mas também de uma visão mais ampla e inovadora para a atuação da Administração Pública Federal no setor de águas.

3.3. Na estrutura regimental do MDR, a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH ficou, dentre outras, com as competência de:

- coordenar a formulação, a revisão, a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Segurança Hídrica, da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos;
- propor instrumentos para concessão de empreendimentos de infraestrutura hídrica e parcerias para sua implementação;
- orientar e supervisionar a formulação e a implementação de planos, de programas e de projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
- apoiar a construção, a operação, a manutenção e a recuperação de obras de infraestrutura hídrica, incluídas as obras que estejam em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, os planos e os programas regionais de desenvolvimento ou as estratégias de integração das economias regionais;

- formular políticas, planos e normas e definir estratégias sobre gestão integrada de recursos hídricos, incluídas as águas fronteiriças e transfronteiriças;
- elaborar e implementar estudos, planos, programas, projetos e ações relacionados a eventos hidrológicos críticos, tais como secas e inundações.

3.4. É importante destacar que a segurança hídrica viabiliza e também decorre da conexão e da inter-relação de um conjunto de políticas públicas, tendo em vista o próprio papel integrador que a água cumpre entre as atividades e os ambientes.

3.5. Uma significativa lacuna dentre as políticas públicas fundamentais à promoção da segurança hídrica é apontada desde o Plano Plurianual do período 2012-2015, que tinha dentre seus objetivos e metas a necessidade de desenvolvimento de uma Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, com instrumentos para organizar o setor e a atuação do Estado e promover a sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

3.6. No cumprimento das competências do MDR, estabelecidas nos incisos IV e V, do art. 29, da Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019, e de acordo com as atribuições instituídas pelos incisos III e IV, do art. 19, do Anexo I, do Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021, a SNSH iniciou, em 2019, tratativas sobre a formulação da Política Nacional de Segurança Hídrica, componente infraestrutura hídrica de usos múltiplos, conforme Processo SEI MDR 59000.020643/2020-74.

3.7. O processo desenvolvido contou com a constituição de Grupo de Trabalho (Portaria 33 - 2986701), no âmbito da SNSH, e com o apoio metodológico da Escola Nacional de Administração Pública - Enap para coordenação de um processo colaborativo e participativo.

3.8. Foi realizado um grande trabalho de entendimento do problema social e elaborada a árvore de problema, com suas causas e consequências. Entrevistas com 55 atores-chave do setor foram conduzidas, nas quais foram identificados desafios e oportunidades e coletadas ideias e recomendações. A partir disso, foi concebida a teoria da mudança e o modelo lógico de sua implantação. Além do processo supramencionado, o registro desse trabalho pode ser conferido nos painéis disponíveis em: https://miro.com/app/board/o9J_lW5e2-U= e https://miro.com/app/board/o9J_lBIGPjc=.

3.9. O problema social reconhecido foi o cenário de "infraestruturas hídricas insuficientes, insustentáveis (financeira, econômica e ambientalmente), ineficientes e inseguras", que impactam tanto no não aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, quanto fragilizam as condições de segurança hídrica para as pessoas, as atividades econômicas e o ecossistema e imputam perdas humanas, ambientais e patrimoniais.

3.10. Outro trabalho conduzido pela SNSH, o de avaliação ex-post da Política Nacional de Segurança de Barragens (Processo SEI MDR 59000.024569/2020-65), também demonstrou o quanto a questão de insustentabilidade econômica e financeira impacta na precarização das condições de operação, manutenção e segurança dessas infraestruturas hídricas, destacadamente as públicas e de usos múltiplos que, hoje, dependem exclusivamente de recursos do erário.

3.11. Mesmo o foco do processo colaborativo e participativo conduzido pela SNSH e pela Enap tendo sido a infraestrutura hídrica, necessidades de aprimoramento na Política Nacional de Recursos Hídricos foram indicadas. A

legislação brasileira de gestão de recursos hídricos, na qual se destaca a Lei nº 9.433, de 1997, embora seja robusta e conhecida internacionalmente como uma das mais representativas para a gestão participativa e descentralizada, possui propostas de alteração apresentadas pelos mais diversos segmentos e setores. Propostas que versam sobre o fortalecimento dos instrumentos atuais e a criação de outros instrumentos, que propiciem o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e que ampliem a eficiência e a racionalidade no uso da água são extremamente importantes.

3.12. Dentre as necessidade de avanço na implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, que completará 25 anos em 2022, destacam-se os aspectos ligados à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, à autorização da prestação do serviço de Agência de Águas por meio de concessões, às alterações nas competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Também foram importantes e consideradas, neste trabalho, as discussões promovidas entre MDR e Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico em razão do Projeto de Lei do Senado - PLS nº 495 de 2017, objetivando a definição de instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos, de forma a propor a instituição da “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos”.

3.13. Dessa forma, no contexto das tratativas desenvolvidas pela SNSH, foi observada a sinergia dos temas e chegou-se à conclusão que a melhor alternativa seria elaborar um projeto de lei único, com o objetivo de instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispor sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos e introduzir melhorias à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, bem como promover os ajustes em competências da ANA, constantes da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, decorrentes da proposta.

3.14. Destaca-se que o Anteprojeto de Lei CGGI SNSH (3417258) é produto de um processo de elaboração participativa, seguindo as metodologias e melhores práticas da Administração Pública, e que sua redação incorpora contribuições recebidas, no âmbito do Poder Executivo Federal, de atores como Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado - SFPP do MDR, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SPPI e Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura - SDI do Ministério da Economia, e Casa Civil da Presidência da República.

4. A ANÁLISE DO PROBLEMA QUE O ATO NORMATIVO VISA A SOLUCIONAR

4.1. Infraestrutura Hídrica e Serviços Hídricos

4.1.1. Conforme apresentado, no que se refere à infraestrutura hídrica, o problema social reconhecido foi o cenário de "infraestruturas hídricas insuficientes, insustentáveis (financeira, econômica e ambientalmente), ineficientes e inseguras" que impactam tanto o não aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, quanto fragilizam as condições de segurança hídrica para as pessoas, as atividades econômicas e o ecossistema e imputam perdas humanas, ambientais e patrimoniais.

4.1.2. São consideradas infraestruturas hídricas os empreendimentos de interesse coletivo para disponibilização, acumulação, reservação, contenção, infiltração, captação, tratamento, transporte, adução, elevação e rebaixamento, manejo, entrega ou retirada de água em benefício de seus usuários.

4.1.3. O problema social identificado decorre principalmente de causas relacionadas:

1. à indefinição do arranjo institucional para a gestão da infraestrutura hídrica;
2. à deficiência no planejamento e seleção de projetos e empreendimentos;
3. à indefinição de modelo de negócios;
4. à visão limitadas sobre as soluções hídricas; e
5. à incerteza sobre os parâmetros hidrológicos.

4.1.4. A indefinição do arranjo institucional para a gestão de infraestruturas hídricas refere-se à fragmentação do planejamento territorial decorrente de inexistência de integração entre os níveis de governo, de baixa articulação entre os entes federativos e de baixa integração dos setores. O pouco desenvolvimento das capacidades estatais em aspectos relacionados à segurança hídrica também acarreta fragilidade do arranjo institucional para a gestão. Há ainda uma indefinição da titularidade na prestação dos serviços de infraestrutura hídrica que contribui para a indefinição do arranjo. Isso tem como consequências os conflitos de governança que são de natureza institucional, de competência, setoriais e também entre entes federativos. A indefinição do arranjo institucional também promove uma disparidade geográfica de planejamento e investimentos, indefinições sobre o ente responsável pelo custo da obra de infraestrutura hídrica e ausência de órgãos atuando em áreas específicas.

4.1.5. A deficiência nos processos de planejamento e de seleção dos projetos e empreendimentos de infraestrutura hídrica decorre do baixo intercâmbio entre entes federativos e setores e de ineficiência na alocação de recursos. Avanços tecnológicos poderiam contribuir para que os projetos alcançassem eficiência hídrica e melhores estudos de viabilidade dos projetos poderiam inibir o problema.

4.1.6. A indefinição do modelo de negócio, compreendido como o projeto que determina o produto ou serviço que será produzido/oferecido, o método de produção/oferta, o público alvo/clientes e suas fontes de receita, contribui para o problema apontado que se caracteriza pela indefinição dos atores do serviço de infraestruturas hídricas, do escopo específico das políticas de infraestruturas hídricas e de instrumentos de recuperação de custos. A indefinição do modelo de negócios tem como consequências uma frágil indução na eficiência na prestação do serviço, com demora na execução de obras, insegurança quanto à efetividade da infraestrutura e obras fragmentadas e mal-conservadas.

4.1.7. Uma visão limitada sobre as soluções hídricas que não preveem a integração e otimização das novas soluções às já existentes, a pouca adoção de infraestruturas verdes, a baixa integração entre sistemas hídricos artificiais e naturais e o pouco aproveitamento da relação entre águas superficiais e subterrâneas também são causas do problema principal a ser enfrentado pela política nacional. Têm como consequências a construção de obras ineficientes a longo prazo e a adoção de medidas e ajustes de caráter emergencial que não contribuem para a efetividade das soluções.

4.1.8. O último conjunto de causas do problema identificado refere-se às incertezas sobre os parâmetros hidrológicos englobando a insuficiência da rede de medição hidrometeorológica – que gera séries hidrológicas curtas, com falhas e não-confiáveis –, a baixa efetividade das medidas compensatórias, adaptativas e mitigadoras frente aos riscos ambientais, a alteração dos regimes hídricos em decorrência das mudanças climáticas, as alterações no uso e ocupação do solo e no aspecto ambiental, o aquecimento das áreas urbanas, a baixa eficiência no uso da água.

4.1.9. Importa destacar que, atualmente, o planejamento, a construção, a operação e a manutenção de infraestruturas hídricas de interesse coletivo dependem exclusivamente da atuação do Poder Público e do erário, mesmo elas gerando benefícios individualizáveis. Essa dependência do erário, além de não favorecer a justiça tributária, gera apreensão quanto às condições de atendimento à população quando avaliada a estimativa de necessidade de investimento em obras de infraestruturas hídricas, da ordem de R\$ 40 bilhões até 2050, frente às restrições de investimento público vividas. No entanto, é avaliada como crítica a inexistência do reconhecimento legal do serviço público prestado pelas infraestruturas hídricas e da ausência de mecanismos de recuperação de custos, no mínimo, relacionados à operação e manutenção.

4.1.10. Para atuar nas causas do problema, foi concebida a teoria da mudança e o modelo lógico de sua implantação que organizou agentes envolvidos e insumos, ações, processos e atividades necessários para a geração dos produtos que promovam os resultados e impactos desejados. Isso produziu dois grandes blocos na proposta de Projeto de Lei, o da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e o da organização da prestação e de exploração dos serviços hídricos que são prestados por meio das infraestruturas hídricas.

4.1.11. A **Política Nacional de Infraestrutura Hídrica** formaliza princípios e diretrizes e estabelece instrumentos de planejamento e gestão, organizando a atuação do estado na promoção da suficiência, sustentabilidade, segurança e eficiência das infraestruturas hídricas para o atendimento às demandas sociais, econômicas e ecossistêmicas.

4.1.12. A Política Nacional de Infraestrutura Hídrica contará com:

- o Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos, para organizar o planejamento de longo prazo das infraestruturas hídricas estratégicas e dos serviços hídricos, orientando e balizando alternativas de atendimento de demandas a partir de análises integradas;
- o Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos, para coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços hídricos e a infraestruturas hídricas existentes e planejadas, assim como para disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para os processos estratégicos da gestão da infraestrutura e dos serviços hídricos;
- o Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas, para organizar a operação das infraestruturas, especialmente visando a otimização, a regularidade, confiabilidade e a continuidade da prestação dos serviços hídricos; e
- o Programa Nacional de Eficiência Hídrica, que contribui com a racionalização e a otimização do uso da água.

4.1.13. Com isso, a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica atua principalmente nas causas 1, 2, 4 e 5 do problema, sendo complementada com o capítulo da proposta do Projeto de Lei que organiza a prestação e a exploração dos serviços hídricos que são prestados por meio das infraestruturas hídricas, que tem foco na resolução da causa 3. Em conjunto, auxiliam na definição do arranjo institucional, esclarecendo competências e titularidade.

4.1.14. O serviço hídrico é definido como o serviço público resultante do conjunto de atividades, realizadas por meio de infraestruturas hídricas, destinadas ao controle e gerenciamento de quantidade, qualidade, nível ou pressão, bem como regularização, condução ou distribuição espacial e temporal de água em benefício de seus usuários. A organização da **prestação e a exploração dos serviços hídricos** aborda os deveres do titular e das entidades reguladoras, os direitos e obrigações de prestador de serviço hídrico e de usuário, a política tarifária, os regimes de concessão, permissão e autorização de serviços hídricos e as sanções.

4.1.15. Com isso, acredita-se no estabelecimento de um modelo sustentável que favorecerá a ampliação de investimentos, atrairá a participação privada e contribuirá para que a expansão de ativos de infraestrutura hídrica seja suficiente frentes às demandas nacionais.

4.2. **Cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos**

4.2.1. O Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH, baseado no conceito da Organização das Nações Unidas (ONU), indica que a Segurança Hídrica existe quando há disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas aquáticos, acompanhada de um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias, devendo ser consideradas as suas quatro dimensões como balizadoras do planejamento da oferta e do uso da água em um país.

4.2.2. Quando a disponibilidade de recursos hídricos é inferior à sua demanda, podem ocorrer conflitos entre os diferentes usos da água. De acordo com o Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2020 (2020), em todo o território nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 489 conflitos pela água com o envolvimento de 69.793 famílias ao longo de 2019, tendo ocorrido um crescimento desses conflitos na ordem de 77% com relação a 2018.

Conforme Pedrosa (p. 26, 2020), no documento “Construindo pactos pelo uso da água”:

(...)

Arbitrar conflitos relacionados aos recursos hídricos significa construir um pacto com a participação do governo, usuários de água e sociedade civil que decida por prioridades e grau de atendimento das demandas hídricas; escolhendo e promovendo as ações que - limitando a demanda ou ampliando a oferta hídrica ou gerindo melhor o risco - promovam a maximização do bem estar da coletividade, inclusive garantindo água para manutenção e preservação dos ecossistemas.

A Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu os comitês de bacias hidrográficas e disciplinou que nesse coletivo serão dirimidas administrativamente, em primeira instância, os conflitos pela água da sua área de atuação. Nos comitês há representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários. Por força legal, esses três segmentos devem estar envolvidos na busca pela solução pelo conflito pelo uso da água.

Entretanto, na prática brasileira da gestão dos recursos hídricos, a necessidade de rapidez e efetividade exigiu a criação de outros agrupamentos permanentes ou provisórios para auxiliar no equacionamento dos conflitos.

(...)

4.2.3. O Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2020 (2020) ainda cita que esses conflitos demandam ações de gestão, e também regulatórias, de forma a garantir os usos múltiplos na bacia, sejam eles consuntivos e/ou não consuntivos.

4.2.4. A proposição da “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos”, como um dos instrumentos da política nacional de recursos hídricos, busca justamente auxiliar no equacionamento dos conflitos pelo uso dos recursos hídricos, tornando o processo mais célere e menos burocrático. Este novo instrumento ainda possui o potencial de melhorar significativamente a alocação da água em bacias críticas.

4.2.5. Conforme conceito trazido no Projeto de Lei, a “cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos” objetiva adequar a alocação da água às variações de oferta e demanda, devendo respeitar as prioridades de uso, inalienabilidade das águas e usos múltiplos.

4.2.6. O novo instrumento de gestão de recursos hídricos possibilitará que os usuários outorgados possam, de forma espontânea e temporária, ceder parte ou a totalidade da sua outorga de direito de uso de recursos hídricos para outro usuário da mesma bacia que necessite manter uma vazão constante em seu empreendimento, mesmo em períodos de escassez hídrica, possibilitando o recebimento, por meio de contrato particular, um valor pecuniário que lhe seja financeiramente viável e negociado entre as partes.

4.2.7. Por ser diretamente relacionada à outorga de uso de recursos hídricos, a “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos” está sujeita ao disposto nos artigos 13, 15 e 18 da Lei nº 9.433/1997, assim como pela Resolução CNRH nº 16/2001, e poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sujeita a fiscalização e sanções do órgão outorgante.

4.2.8. Ressalta-se que, assim como o instrumento da outorga, a cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas a transferência, precária e temporária, do direito de seu uso, proporcionando a alocação mais eficiente da água em bacias críticas.

4.3. **Cobrança pelo uso dos recursos hídricos**

4.3.1. O instrumento cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme art. 19 da Lei nº 9.433, de 1997, objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar o uso racional desse recurso, além de obter recursos financeiros para os programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. Nota-se que há dupla finalidade para esse instrumento, quais sejam, a promoção do uso racional e melhorias de gestão para o aproveitamento sustentável da bacia.

4.3.2. Ambos os aspectos são de extrema relevância, tendo em vista os impactos advindos do aquecimento global e as mudanças climáticas, que urgem pela adoção de comportamentos mais racionais para a utilização dos recursos, mediante instrumento econômico que induzam tais práticas pelos usuários.

4.3.3. Neste instrumento, o Comitê possui a competência para estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, posteriormente encaminhando-a para aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente.

4.3.4. Passados quase 25 anos da instituição da Lei das Águas, apenas seis dos dez Comitês de Bacias Hidrográficas de domínio da União implementaram esse instrumento. Mais além, faz-se necessária a implementação desse instrumento não só nas calhas dos rios principais, mas na totalidade da bacia

hidrográfica, independentemente do domínio dos corpos hídricos, conforme determina um dos objetivos do SINGREH tratados no inciso V do art. 32 da Lei nº 9.433, de 1997.

4.3.5. Em um cenário de limitação fiscal e de mitigação dos impactos decorrentes dos períodos de maior escassez hídrica, implementar de modo eficaz o instrumento da cobrança proporcionará recursos para o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, conforme preconiza o art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, ou, na inexistência deste, no Plano de Aplicação dos recursos da cobrança a ser aprovado pelo Conselho de Recursos Hídricos competente.

4.3.6. Ainda, a ausência de comitês de bacia hidrográfica e de agências de água representa outro ponto que inviabiliza a realização da cobrança com base na legislação vigente, diante do papel dessas entidades e da inexistência de caminhos alternativos.

4.3.7. Portanto, para avançar nas estratégias de implementação deste instrumento essencial para a gestão de recursos hídricos, foi proposto dispositivo que versa pela instituição dos mecanismos e valores transitórios para a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a serem estabelecidos pelo Conselho de Recursos Hídricos a partir de estudos técnicos realizados pela entidade outorgante.

4.4. **Serviço de Agências de Água**

4.4.1. Segundo a Lei nº 9.433, de 1997, as Agências de Água integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O art. 41 e art. 44 da referida lei, trazem as competências das Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação:

Art. 41. As Agências de Água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

.....

Art. 44. Compete às Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação:

I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;

II - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;

III - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

IV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

V - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;

VI - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;

VII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

VIII - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

IX - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

X - elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

XI - propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:

a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de

Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;

b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

4.4.2. Ainda no art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997, é citado que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos poderão delegar a organizações sem fins lucrativos relacionadas em seu art. 47, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos.

4.4.3. A Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. Dentre as disposições trazidas pela lei, cabe citar:

(...)

Art. 1º A Agência Nacional de Águas – ANA poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei, relativas a recursos hídricos de domínio da União.

§ 1º Para a delegação a que se refere o caput deste artigo, o CNRH observará as mesmas condições estabelecidas pelos arts. 42 e 43 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 2º Instituída uma Agência de Água, esta assumirá as competências estabelecidas pelos arts. 41 e 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, encerrando-se, em consequência, o contrato de gestão referente à sua área de atuação.

Art. 2º Os contratos de gestão, elaborados de acordo com as regras estabelecidas nesta Lei, discriminarão as atribuições, direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias, com o seguinte conteúdo mínimo:

(...)

4.4.4. Como citado na Lei nº 10.881, de 2004, a ANA poderá firmar contratos de gestão com as entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei nº 9.433, de 1997, não envolvendo a iniciativa privada.

4.4.5. Considerando a indisponibilidade de recursos públicos para constituição de Autarquias para desempenhar o papel de Agências de Águas e visando buscar uma alternativa mais eficiente que a definida por meio dos contratos de gestão estabelecidos pela Lei nº 10.881, de 2004, busca-se viabilizar outra alternativa para a implementação das Agências de Águas.

4.4.6. O Projeto de Lei traz a definição de “serviço de agência de águas”, caracterizado como serviço público de gerenciamento de recursos hídricos, desenvolvido para o cumprimento dos arts. 41 e 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em benefício dos usuários com outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

4.4.7. Com base no conceito de serviço, o projeto de lei promove a inclusão de uma nova alternativa para o cumprimento das competências de agências de águas, por meio do regime de concessão administrativa, de forma a expandir as alternativas disponíveis, **bem como trazer mais eficiência para a gestão e**

aplicação dos recursos nas bacias hidrográficas.

4.5. Competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica

4.5.1. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, integrante do SINGREH, tem suas competências citadas no art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997. Dentre tais competências, cita-se a de promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários e acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

4.5.2. O Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. No inciso II de seu art. 1º, o Decreto traz como uma de suas competências promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários. Já no art. 3º, que detalha sua composição, traz representantes de diversos órgãos federais, de conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos, de setores usuários de recursos hídricos e de organizações da sociedade civil de recursos hídricos, sendo bastante representativo.

4.5.3. Os Comitês de Bacia Hidrográfica, que também são integrantes do SINGREH, por sua vez, têm suas competências tratadas no art. 38 da Lei nº 9.433, de 1997. Uma das competências indicadas é a de aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia.

4.5.4. O papel dos comitês de bacia é de fundamental importância no que tange ao Plano de Recursos Hídricos da bacia, inclusive no que tange à sua aprovação. E a inclusão do CNRH nesse processo, para analisar e referendar os Planos de Recursos Hídricos de Bacias de rios de domínio da União aprovados pelos comitês, pode trazer grandes avanços para garantir sua articulação com demais planejamentos setoriais como energia, irrigação saneamento, infraestrutura hídrica, revitalização de bacias hidrográficas e desenvolvimento regional.

4.5.5. Diante de possíveis conflitos pelo uso dos recursos hídricos entre setores usuários, o CNRH poderá promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários, impedindo que interesses setoriais se sobreponham aos interesses coletivos.

4.5.6. Além disso, por sua representatividade, passando a referendar os Planos de Bacias Hidrográficas, os Conselhos de Recursos Hídricos contribuirão para a elaboração de um plano mais completo e integrado as diferentes realidades.

4.6. Competências da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

4.6.1. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

4.6.2. Em seu art. 4º, é indicado que a atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos

Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sendo descritas suas atribuições.

4.6.3. A ANA é a entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, e por estabelecer regras para sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos, conforme citado no art. 1º da Lei nº 9.984, de 2000.

4.6.4. Diante desse papel, as alterações propostas na Lei nº 9.433, de 1997, impactam diretamente nas ações de competência da ANA.

4.6.5. No caso da “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos”, por exemplo, em bacias, sub-bacias ou sistemas que incluam corpos hídricos de domínio da União, a ANA terá a atribuição de definir diretrizes gerais e regras para a implementação do instrumento, bem como regulamentar e fiscalizar a implementação do instrumento. Já no que tange à delegação da prestação dos serviços de Agências de Água, nos casos de concessão administrativa, a ANA terá competência de licitar e contratar o prestador de serviços de Agências de Águas, bem como de regular os contratos de concessão.

4.6.6. Assim sendo, torna-se necessário o ajuste da Lei nº 9.984, de 2000, de forma a alinhá-la com as alterações propostas na Lei nº 9.433, de 1997.

5. OS OBJETIVOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR

5.1. O principal objetivo da proposta de instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e da organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos é a promoção de infraestruturas hídricas sustentáveis, seguras, eficientes e suficientes para o atendimento às demandas sociais, econômicas e ecossistêmicas, ampliando a resiliência dos sistemas hídricos às variações hidrológicas naturais para manutenção das atividades usuárias da água, sustentação do desenvolvimento econômico e social e proteção da vida, do ambiente e do patrimônio.

5.2. São almejadas, ainda, a melhoria da organização pública na gestão do tema, a diversificação de fontes e a atração de investimentos, inclusive com a participação privada, a inserção de inovações, a modernização e a incorporação das melhores práticas utilizadas em outros setores e aplicáveis à infraestrutura hídrica.

5.3. Com as alterações propostas na Lei nº 9.433, de 1997, objetiva-se trazer melhorias para a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

5.4. A “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos” objetiva ser um novo instrumento que auxilie no equacionamento dos conflitos pelo uso dos recursos hídricos, tornando o processo mais célere e menos burocrático. Ainda possui o potencial de melhorar significativamente a alocação da água em bacias críticas.

5.5. As alterações propostas no que tange à cobrança pelo uso dos recursos hídricos buscam ampliar a cobrança nas bacias hidrográficas, fundamental para o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, bem como fomentar o uso racional e eficiente da água pelos usuários outorgados.

5.6. A permissão à União para delegar a prestação dos serviços de Agências de Água, a entes de sua administração indireta ou mediante concessão administrativa ou contratos de gestão, busca expandir as alternativas disponíveis

para a prestação de tais serviços, fortalecer o exercício da função de secretaria-executiva dos comitês de bacia, bem como trazer mais eficiência para a gestão e aplicação dos recursos nas bacias hidrográficas.

5.7. As alterações nas competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica objetivam fortalecer a atuação do CNRH, sem prejudicar a atuação dos comitês, promovendo a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos setoriais, regional, estadual e nacional.

5.8. Por fim, as alterações nas competências da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico objetivam alinhar as competências da entidade às demais alterações propostas no projeto de lei em apreciação.

6. A IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS PELO ATO NORMATIVO

6.1. A instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos afetarão:

- o Ministério do Desenvolvimento Regional, para organização e implementação da Política e para cumprimento das funções de titular de serviços hídricos federais;
- a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, para cumprimento das funções de entidade reguladoras de serviços hídricos federais;
- os estados, o Distrito Federal e os municípios, para o cumprimento das funções de titular de serviços hídricos sob sua competência, bem como as entidades que exercerão a função de entidades reguladoras, conforme sua designação;
- os prestadores de serviços hídricos, com direitos e obrigações; e
- os beneficiários de serviços hídricos, com direitos e obrigações.

6.2. As alterações propostas na Lei nº 9.433, de 1997, trarão impactos aos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, descritos no art. 33 da referida lei, bem como aos usuários dos recursos hídricos.

6.3. A “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos” impactará diretamente:

- os órgãos ou entidades outorgantes de recursos hídricos, que terão diversas atribuições, como definir diretrizes gerais e regras para a implementação do instrumento, bem como regulamentar e fiscalizar a implementação do instrumento;
- o detentor da outorga de direito de uso dos recursos hídricos e a pessoa física ou jurídica interessada, que poderão negociar a outorga nos termos da legislação e mediante contrato firmado.

6.4. As alterações propostas no que tange à cobrança pelo uso dos recursos hídricos trarão impactos diretos:

- ao detentor da outorga de direito de uso dos recursos hídricos nas bacias em que a cobrança ainda não é realizada.

6.5. A permissão à União para delegar a prestação dos serviços de Agências de Água, possui impacto direto sobre o próprio órgão federal responsável

e nos Comitês de Bacias da área beneficiada, que terão apoio no desenvolvimento de suas competências, bem como sobre os beneficiários da delegação (administração indireta, concessão administrativa ou contratos de gestão).

6.6. As alterações propostas relacionadas às competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos Comitês de Bacia Hidrográfica e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, possuem impacto direto sobre os referidos órgãos/entidades.

7. A ESTRATÉGIA E O PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO

7.1. O Ministério do Desenvolvimento Regional e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico terão importante papel na implementação da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos. Entende-se que será necessária a organização institucional e a produção de atos infralegais regulamentares, para implementação e operacionalização dos instrumentos da Política e dos serviços hídricos.

7.2. No caso da “cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos”, os usuários que possuem outorga de direito de uso de recursos hídricos poderão ceder, parcial ou totalmente, de forma onerosa e temporária, o direito de uso entre usuários de recursos hídricos, por meio de contrato e valor acordado entre eles. Assim, em situações de escassez hídrica, a cessão onerosa de direito de uso dos recursos hídricos apresenta o componente econômico que faltava para a alocação mais eficiente da água.

7.3. O órgão ou entidade outorgante de recursos hídricos definirá, por meio de ato específico, as diretrizes gerais e regras para a implementação do instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos em cada bacia, sub-bacia ou sistema. Desta forma sua aplicação poderá ser adotada a partir de sua regulamentação pelos órgãos gestores de recursos hídricos.

7.4. No caso da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, na inexistência das entidades previstas nos Capítulos III e IV do Título II da Lei nº 9.433, de 1997, o projeto de lei estabelece aos órgãos ou entidades outorgantes o prazo de 12 meses, após a publicação da lei, para apresentar estudos técnicos para propor os mecanismos e limites mínimos de valores transitórios da cobrança pelo uso dos recursos a serem aprovados pelo Conselho de Recursos Hídricos competente, e prazo de 18 meses, após a publicação da lei, para que os Conselhos estabeleçam os mecanismos e valores transitórios.

7.5. Quanto à permissão para que a União delegue a prestação dos serviços de Agências de Água, caso a exploração ocorra mediante o regime de concessão administrativa, serão observadas a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e, no que couber, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Já para os regimes de contrato de gestão, será observada a Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004. Observa-se ainda que as contratações de concessões administrativas de serviços de Agências de Água poderão contemplar serviços e obras de engenharia previstos nos planos de recursos hídricos de sua área de atuação.

7.6. Nas proposições de alteração para as quais não há indicação de prazo, seus efeitos terão início com a entrada em vigor da lei.

8. RENÚNCIA DE RECEITA, CRIAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO OU EXPANSÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL, OU AUMENTO DE DESPESAS

8.1. Com a implementação da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos vislumbra-se a ampliação das receitas da União a partir da cobrança pela prestação dos serviços

hídricos de titularidade federal, realizada hoje a fundo perdido, ou mesmo a redução de despesas em caso de concessão desses serviços.

8.2. Em relação aos dispositivos que dispõem sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e sobre as competências de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considera-se não haver implicações de renúncia de receita ou aumento de despesas, tratando-se de um aperfeiçoamento nos instrumentos de gestão sob responsabilidade dos órgãos gestores de recursos hídricos.

8.3. No âmbito da União, os recursos destinados anualmente à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico são suficientes para custear as ações administrativas relacionadas à implantação do novo instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos, por estar diretamente relacionado ao instrumento da outorga de direito de uso de recursos hídricos, já implementado e gerido pela ANA.

9. IMPACTO DA MEDIDA

9.1. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente

9.1.1. O novo marco hídrico possui o potencial de melhorar significativamente a gestão dos recursos hídricos, a operação e manutenção de infraestruturas hídricas, aumentando a disponibilidade de água para os usos múltiplos.

9.1.2. Os serviços hídricos e as alterações nos instrumentos de gestão de recursos hídricos irão proporcionar maior eficiência na alocação da água, maior arrecadação de recursos a serem destinados ao custeio administrativo das infraestruturas hídricas e para estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, conforme preconiza o art. 19 da Lei nº 9.433/1997.

9.1.3. Neste contexto de melhoria dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, os reflexos no meio ambiente poderão ser vistos com a aplicação dos recursos gerados nas bacias hidrográficas que estão, direta ou indiretamente, relacionadas aos ecossistemas hídricos.

9.1.4. Estas ações podem contemplar a revitalização de bacias por meio de projetos de preservação ou recomposição de áreas de preservação permanente, proteção de nascentes, projetos que proporcionem a recarga de aquíferos, a redução de processos erosivos e o combate à poluição dos recursos hídricos e do meio ambiente.

9.2. Análise do impacto da medida sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição

9.2.1. Quanto à Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos, importa destacar que:

- a proposta tem o potencial de ampliar os níveis de segurança hídrica, reduzindo a exposição a riscos decorrentes de eventos hidrológicos extremos, impactando positivamente as políticas de recursos hídricos, segurança de barragens, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, saneamento básico, proteção e defesa civil, irrigação, habitação, entre outras; e
- a proposta não se aplica às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis por serviços hídricos decorrentes de infraestrutura hídrica de uso exclusivo de outro serviço público

regulado, como saneamento básico e energia elétrica, por exemplo. No entanto, caso emitidas as devidas autorizações, essas infraestruturas poderiam vir a prestar serviços hídricos, sendo devidamente remuneradas por isso, nos termos da proposta.

9.2.2. A Lei nº 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, traz como um de seus objetivos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Fundamental para o atingimento deste objetivo, a Lei das Águas, em suas diretrizes gerais de ação, busca promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários, além da integração com a gestão ambiental.

9.2.3. Alinhado à estas diretrizes, o Projeto de Lei contribui para a integração da Política Nacional de Recursos Hídricos com a [Política Nacional de Meio Ambiente](#), a [Política Energética Nacional](#), a [Política Nacional de Irrigação](#), a [Política Nacional de Desenvolvimento Regional](#) e a [Política Nacional de Saneamento](#), na medida em que amplia as discussões sobre os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas de domínio da União, não apenas no âmbito dos Comitês de Bacias, mas também no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, observando o disposto no inciso I do art. 35 da Lei nº 9.433/1997, o que resultará na minimização dos conflitos pelo uso de recursos hídricos e proporcionará maior resiliência à eventos climáticos extremos, minimizando, por exemplo, os impactos econômicos, ambientais e sociais resultantes de longos períodos de escassez hídrica.

10. HIPÓTESE DE MEDIDA PROVISÓRIA OU DE PROJETO DE LEI EM REGIME DE URGÊNCIA, A ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO DO PROCESSO LEGISLATIVO REGULAR

10.1. Não se aplica.

11. HIPÓTESE DE POLÍTICAS PÚBLICAS FINANCIADAS POR BENEFÍCIOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E CREDITÍCIA PREVISTOS NO § 6º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO

11.1. Não se aplica.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1. Diante do exposto, entende-se que o presente Parecer de Mérito traz esclarecimentos para os elementos requeridos no art. 32 do Decreto nº 9.191, de 2017, quanto à proposta de Projeto de Lei, contida no documento Anteprojeto de Lei CGGI SNSH (3417258), que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos, altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e dá outras providências.

12.2. Encaminha-se o presente parecer para consideração superior e, se favorável, envio à Consultoria Jurídica para emissão de parecer jurídico, conforme previsto no art. 30 do Decreto nº 9.191, de 2017, indicado como um dos documentos que acompanham a exposição de motivos.

É o parecer.

Em 22 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 22/10/2021, às 17:27, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Collet Battiston, Coordenadora-Geral de Gestão Integrada**, em 22/10/2021, às 17:28, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 22/10/2021, às 17:44, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3417212** e o código CRC **70CBB860**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

DESPACHO

Processo nº 59000.011699/2022-08

Ao DRHB,

1. Trata-se de proposta da minuta de moção do CNRH, cujo objetivo é promover o desapensamento do PL 4546/21 dos demais Projetos de Lei no Congresso Nacional, tendo em vista a relevância do tema que merece ser tratado de forma específica para a realização de debate aprofundado acerca dos dispositivos constantes no corpo normativo do projeto de lei, a fim de construir e consolidar com maior eficiência os modelos de exploração e organização e da prestação de serviços hídricos em âmbito nacional, foco principal da proposta de lei.
2. A elaboração da moção foi deliberada na 46ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizada no dia 29 de junho de 2022, em que fora apresentada o panorama das contribuições recebidas ao PL 4546/2021, com definição e encaminhamento da matéria.
3. Neste sentido, encaminho o Parecer 5 (3833279) e seu anexo para consideração superior, sugerindo aprovação e retorno à esta CGRH para encaminhamento da documentação à CTAL.

Atenciosamente,

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA
Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,
Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos, em 16/08/2022, às 16:38, com
fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3897537 e o código CRC **8546E49F**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.011699/2022-08

À CGRH,

1. Considerando disposições constantes no Parecer 5 (3833279), o qual aprovo, solicito encaminhamento da proposta da minuta de moção do CNRH, com objetivo de requer o desapensamento do PL 4546/21 dos demais Projetos de Lei no Congresso Nacional, para apreciação da próxima reunião da CTAL.

Atenciosamente,

WILSON RODRIGUES DE MELO JÚNIOR

Diretor de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 17/08/2022, às 12:50, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3899140** e o código CRC **C94A2310**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas

DESPACHO

Processo nº 59000.011699/2022-08

À Coordenadora Roseli Souza,

1. Considerando a aprovação do Parecer 5 (3833279) pelo Diretor, conforme Despacho DRHB 3899140, solicita-se encaminhamento da proposta da minuta de moção do CNRH para apreciação na próxima reunião da CTAL, com objetivo de requerer o desapensamento do PL 4546/21 dos demais Projetos de Lei no Congresso Nacional.

Atenciosamente,

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA
Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,
Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos, em 17/08/2022, às 16:01, com
fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3899698 e o código CRC **1C03D81B**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

16ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 25 de agosto (das 14h30 às 18h)

Link de acesso à reunião: [Clique para ingressar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Aprovação da memória da 15ª Reunião da CTAL.
3. Informe sobre as tratativas com a Conjur/MDR referente à proposta de Resolução que “Estabelece procedimentos para o recebimento de recurso administrativo pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos”, aprovada na 15ª Reunião da CTAL. Processo 59000.023398/2021-38.
4. Análise da proposta de Resolução CNRH que “Revoga atos normativos considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas”. Encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Processo 59000.023529/2021-87.
5. Análise da proposta de Moção que “Requer o desapensamento do [Projeto de Lei nº. 4.546/2021](#), que “Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica” Encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Processo 59000.011699/2022-08
6. Apreciação de matérias pendentes da reunião anterior:
 - Apresentação do Anexo normativo do Plano Nacional de Recursos Hídricos, [PNRH 2022-2040](#), focando nas metas atribuídas à CTAL.
 - Aprovação do Relatório do GT Revisão da Resolução CNRH nº 05/2000.
7. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 6/2021/CTAL/CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.011699/2022-08

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

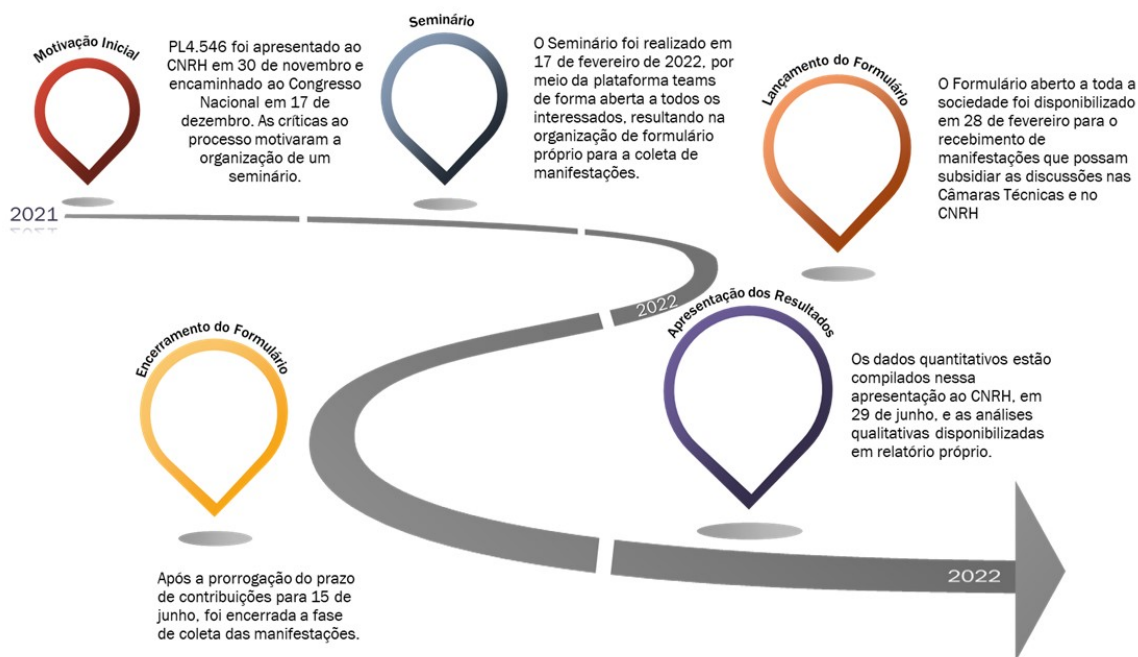
INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que requer o desapensamento do [Projeto de Lei nº. 4.546/2021](#), que “Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica”.
2. A matéria é originária da 46ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de junho de 2022, ocasião em que ao ser apresentado o [Relatório Consolidado das Manifestações Recebidas](#) ao PL 4546/2021, denominado de novo Marco Hídrico, o plenário deliberou por elaborar uma moção requerendo a desapensamento do PL dos demais a ele apensados.
3. Coube a Secretaria-Executiva do CNRH propor um documento de partida, submetido à Câmara Técnica de Assuntos Legais, para avaliação dos aspectos legais e formais.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL na sua 16ª Reunião, realizada por meio virtual em 25 de agosto de 2022, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH, que requer ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o desapensamento do [Projeto de Lei nº. 4.546/2021](#), que “Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica”.
5. Nesta ocasião, o coordenador da CTAL, Wilson de Melo, relatou o histórico da tramitação do projeto de lei, o debate realizado na 46ª Reunião Ordinária, quando foi apresentado o panorama das contribuições recebidas ao PL 4546/2021, e as motivações que levaram à proposição em tela. Esclareceu que a proposta de moção está bem fundamentada no Parecer nº 5/2022/CGRH/DRHB/SNSH, elaborado pela Secretaria-Executiva do CNRH

(3833279), que traz como anexo o Parecer de Mérito elaborado quando do envio da proposta de projeto de lei ao Congresso Nacional.



Fonte: [Relatório Consolidado das Manifestações Recebidas](#) ao PL 4546/2021, Secretaria Executiva do CNRH.

6. Cabe destacar, a seguinte trecho do Parecer nº 5/2022/CGRH/DRHB/NSH:

(...)

11. O foco principal do PL nº 4546/2021, conforme conta no Parecer de Mérito (3478321) é instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, com objetivo de garantir que as ações de infraestrutura hídrica e de gerenciamento dos recursos hídricos, necessárias à segurança hídrica, sejam expandidas e aprimoradas. Nesse sentido, o PL visa estruturar a política pública para aprimorar os investimentos públicos e alavancar e direcionar os investimentos privados em infraestrutura hídrica, bem como reconhecer os serviços públicos prestados por elas para o estabelecimento de um modelo de sustentabilidade econômica e financeira, criando alternativas ao atual modelo no qual os recursos de investimento e custeio dependem dos orçamentos de esfera fiscal e de seguridade social. Além disso, introduz e fortalece os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, em favor da melhora da gestão das águas, no Brasil.

(...)

15. Com efeito, com base nas deliberações constatadas na 46ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH), o pedido do desapensamento se dá pela necessidade do encaminhamento do Projeto de Lei nº 4546/21 para este Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para que seja possível a designação às câmaras técnicas competentes para a realização de debates aprofundados e minuciosos acerca das propostas apresentadas. Com destaque para àquelas relacionadas à Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, cujo objetivo é construir e consolidar com maior eficiência os modelos de exploração e organização e da prestação de serviços hídricos em âmbito nacional.

7. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos disposto na Lei nº 9.433/97 e no Decreto 10.000/2019 para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

8. A forma jurídica adotada é válida. É regimental o uso da Moção quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), conforme o art. 8º, inciso II, da Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020.

9. Quanto a redação da minuta de moção, o documento está alicerçado em cinco considerandos que traz a competência do CNRH em analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos; destaca o foco do [Projeto de Lei nº 4.546, de 2021](#), de instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica; bem como complexidade de se analisar o [PL](#), tendo outros tantos a ele apensados. Os membros da CTAL não propuseram aperfeiçoamentos ao texto apresentado.

10. No processo de aprovação da proposta, o representante da Confederação Nacional da Indústria manifestou contrário à submissão da moção, por entender que a complexidade aventada não justifica a solicitação de dispensamento.

11. Diante disso, a CTAL/CNRH aprovou, com um voto contrário, a proposta de moção que requer o dispensamento do [Projeto de Lei nº 4.546/2021](#), que “Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica”, dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados.

12. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

CONCLUSÃO

13. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentado na sequência deste parecer.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

ANEXO

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº __, DE __ DE __ DE 2022.

Requer o dispensamento do
PL nº. 4.546/2021, que “Institui
a Política Nacional de
Infraestrutura Hídrica”.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), com as alterações conferidas pelas Leis nº [9.984, de 17 de julho de 2000](#), e nº [12.334, de 20 setembro de 2010](#), regulamentado pelo [Decreto n. 10.000, de 3](#)

de setembro de 2019, e nos termos do seu Regimento Interno constante da Resolução nº 215, de 30 de junho de 2020; e

Considerando que o Projeto de Lei nº 4.546, de 17 de dezembro de 2021, de proposição do Governo Federal, visa instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispor sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos, e altera a Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000;

Considerando que o Projeto de Lei nº 4.546, de 2021, denominado de novo Marco Hídrico, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, tem como foco a instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, para garantir a sustentabilidade da operação e manutenção de barragens e sistemas adutores, essenciais para a promoção da segurança hídrica no Brasil;

Considerando que o PL 4546/2021 foi apensado a outros projetos de lei, que destoam dos seus objetivos principais, podendo trazer complexidade à análise e prejudicar a tramitação da matéria, fundamental para os interesses nacionais.

Considerando que compete ao Conselho analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos do inciso V, do art. 35, da Lei n. 9.433, de 1997;

Considerando a decisão do Plenário do CNRH durante a 46ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29/06/2022, de solicitar à Câmara dos Deputados o desapensamento, a fim de que o Colegiado se manifeste de forma apropriada e célere somente nos dispositivos constantes do PL 4546/2021.

RESOLVE:

Requerer ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Arthur César Pereira de Lira, o desapensamento do PL nº 4546/2021, tendo em vista a relevância do tema que merece ser tratado pelo Congresso e por este CNRH, de forma específica.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 05/09/2022, às 17:29, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3923371 e o código CRC **ECACA96B**.